

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 11 de julho de 2022 - Ata n.º 66.

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilberto Ribeiro** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **66.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilberto Ribeiro – PL): (Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 65, de 6 de julho de 2022.) Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Em discussão a presente Ata. Não havendo quem queira discutir. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Sr. 1.^º Secretário, Deputado Romanelli, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. (Procede à leitura do Expediente.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 313/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 159/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.113; **Ofício n.º 312/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 268/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.116; **Ofício n.º 309/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 293/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.119; **Ofício n.º 314/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 267/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.112; **Ofício n.º 311/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 256/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.111; **Ofício n.º 308/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 292/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.118; **Ofício n.º 317/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 238/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.108; **Ofício n.º 305/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 270/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.115; **Ofício n.º 315/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 269/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.110; **Ofício n.º 316/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 250/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.114; **Ofício n.º 331/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 117/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.133; **Ofício n.º 326/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 530/2017, sendo convertido na Lei n.º 21.129; **Ofício n.º 325/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 333/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.130; **Ofício n.º 330/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 176/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.121; **Ofício n.º 328/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 222/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.134; **Ofício n.º 329/2022** do

Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.^º 506/2021, sendo convertido na Lei n.^º 21.128; **Ofício n.^º 332/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.^º 66/2022, sendo convertido na Lei n.^º 21.120; **Ofício n.^º 327/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.^º 136/2022, sendo convertido na Lei n.^º 21.122; **Ofício n.^º 319/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.^º 167/2022, sendo convertido na Lei n.^º 21.117; **Ofício n.^º 318/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.^º 258/2022, sendo convertido na Lei n.^º 21.109; Ofício n.^º 98/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, encaminhando informações referentes à celebração do convênio junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná; Ofício n.^º 1167/2022 da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros – Orçamento Geral da União, firmado com Estado do Paraná no âmbito do Programa PPI Favelas, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto “Urbanização de Assentamentos Precários/Parque Guarituba”.

Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos para o momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a visita dos alunos dos cursos de pós-graduação e prática de advocacia do curso jurídico de Curitiba, Projeto *Rolê Cívico Paranaense*, acompanhados pela servidora do Tribunal de Justiça, Sr.^a Letícia Coelho de Séllos, pelo estagiário do Tribunal de Justiça, Rafael Garcia Narciso, e pela Professora Sr.^a Gilmara Funes. Obrigado pelas presenças! Sejam sempre bem-vindos! Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; Luciana Rafagnin; Goura; Mabel Canto; Tadeu Veneri; e Reichembach.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, paranaenses que acompanham esta Sessão, boa tarde! Esta é

uma semana que começa triste, Sr. Presidente e demais Parlamentares, pela idiotice do extremismo. A democracia não aceita atos como o que aconteceu em minha cidade, minha querida cidade de Foz do Iguaçu. Um Partido ele não faz uma pessoa. A direita e a esquerda devem, sim, possuir ideologias e defender cada um a sua ideologia. Eu, Soldado Fruet, sou, sim, bolsonarista e de direita. Todos os senhores e as senhoras sabem disso, mas, mesmo com essa convicção partidária que tenho, muitos dos meus eleitores são ligados à esquerda e acabam me apoiando, porque acreditam em meu trabalho e em meus valores. Não foi a política, mas, sim, a democracia que me ensinou a não ter inimizades com ninguém por questões políticas. Diariamente, a troca de experiências me faz aprender com os meus colegas Deputados, com os quais mantendo um relacionamento excelente aqui nesta Casa, independentemente de Partido. Para os senhores terem um noção do quanto valorizo a democracia e as pessoas, acredito que um dos Deputados desta Casa, com quem nutro uma amizade especial e a quem muito respeito, inclusive é um pai fresco esta semana, é o Deputado Arilson Chiorato, Presidente Estadual do PT, mas não podemos colocar partidos e ideologias acima das pessoas. Em minha opinião, isso é inerente à democracia, cada um defendendo o seu posicionamento ideológico, partidário, e todos se respeitando entre si e trabalhando pelo crescimento do nosso Estado, em defesa da população paranaense. O partidarismo político não pode justificar um atentado como o que aconteceu em Foz do Iguaçu. Aliás, nada pode justificar isso. Lamento muito essa mancha negra que se abateu em nossa cidade nesse final de semana. Quero ainda expressar os meus sentimentos aos familiares do guarda, morto por um ataque de fúria injustificável e aos familiares do policial penal, neste momento, que os que mais sofrem são os familiares dos dois envolvidos. A dor com certeza se abate sobre esses familiares e tudo que podemos pedir é que Deus os fortaleça para suportar e enfrentar essa dor. Meus nobres colegas Deputados, uma eleição se aproxima e o discurso de ódio precisa acabar com todos os lados. Imagine a que ponto chegamos: um momento de alegria, um aniversário, terminado em tragédia, por posições partidárias. Nós, Parlamentares, precisamos trabalhar e plantar a democracia e não o ódio. Cabe a nós garantir o futuro do Brasil e, sobretudo, um futuro de paz para nós e para as nossas descendências. Que Deus ilumine o Brasil, os brasileiros, que cada um possa

entender o sentido e a importância da democracia para as nossas vidas. Neste momento, Sr. Presidente, está tendo o cortejo e o enterro do guarda municipal. O que posso dizer, neste momento, é me solidarizar com a família, e que nós Parlamentares temos que refletir realmente que caminho este Brasil está tomando. Vejo muitos Parlamentares que não pregam o ódio, pelo menos na postagem não querem pregar o ódio, mas é uma postagem cheia de ódio; que não pregam raiva, mas é uma postagem cheia de raiva. Então, acho que é o momento de pegarmos essa situação como um exemplo e avaliarmos os nossos posicionamentos aqui nesta Casa, lá no Parlamento, lá em Brasília. Chega! Chega! Não dá mais. Vamos defender o nosso Brasil, vamos defender o nosso Estado, mas sem ódio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão. Inicialmente, quero dizer, Sr. Presidente, que é um momento bastante triste para o Partido dos Trabalhadores, que é um momento de luto pela perda do guarda municipal Marcelo Arruda, mas também dizer aqui, Sr. Presidente, que a Oposição está encaminhando um requerimento solicitando a criação de uma Comissão Especial de Deputados para acompanhar a investigação desse crime. Estamos protocolando este requerimento, já conversamos também com o Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano, e estamos solicitando que este requerimento tenha a aprovação desta Casa, tenha a aprovação da Mesa, e que possamos, então, criar essa Comissão de Deputados para realmente investigar o crime acontecido contra o Marcelo. Quem é Marcelo Arruda? Quem era? Um guarda municipal, há 28 anos, no município de Foz do Iguaçu. Formado em Biologia, casado com Pâmela Silva e pai de quatro filhos. Dirigente sindical, servidor público, sempre defendeu sua categoria e todos os trabalhadores e as trabalhadoras servidores públicos de Foz do Iguaçu. Também era tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, do qual era filiado já há 30 anos, e disputou como candidato a Vice-Prefeito, nas últimas eleições, em 2020. O Marcelo era uma pessoa muito dinâmica, era uma pessoa prestativa e

que tinha o respeito de todos, porque também respeitava todos. O Marcelo lutava muito, Deputado Goura, por uma sociedade justa, por uma sociedade solidária e fraterna. O Marcelo comemorava os seus 50 anos, no último sábado, em uma associação esportiva de Foz do Iguaçu, quando foi cruelmente assassinado por um bolsonarista, que não era convidado da sua festa, mas que invadiu a sua festa e atirou contra ele tirando a sua vida. É muito triste quando imaginamos um momento de alegria, de comemoração dos 50 anos, como estava fazendo o Marcelo naquele momento, e que o ódio, que inclusive o ódio vem se propagando muito no nosso País nesses últimos anos, e infelizmente uma pessoa se dá o direito de invadir a sua festa e tirar a sua vida. É muito triste quando vemos isso acontecendo em nosso País, quando levamos séculos e séculos construindo um avanço civilizatório e regras de sociabilidade, direito à liberdade de pensamento e de escolhas que infelizmente estão sendo atropelados pelo ódio, pelo fascismo e pela intolerância que vêm contaminando o ambiente na disputa política. Esse ódio vem sendo alimentado muito pela ignorância, pela maldade e pela irresponsabilidade de quem está governando hoje ou quem ocupa a mais alta esfera do Poder Executivo do nosso País. Infelizmente, o que estamos vendo por quem governa o nosso País é que a segurança se dá pelo armamento. Infelizmente, quem governa o nosso País está propagando cada vez mais o ódio, a violência. Não é isso que queremos para o Brasil, não é isso que queremos para o nosso Estado do Paraná, não é isso que queremos para o nosso futuro, para o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. E a luta do Marcelo prova isso. Marcelo que lutava muito por uma sociedade justa, fraterna, por uma sociedade igualitária e nos deixa o exemplo. E quero dizer aqui: Marcelo, vamos manter viva, em sua... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Luciana, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Sr. Presidente. Vamos manter vivas as memórias de suas lutas e de esperança, sem deixar que o medo que alimenta a maldade, as ignorâncias e o ódio se sobreponham à dignidade da luta pelo bem comum. Fica aqui a nossa solidariedade à família

do Marcelo e pedimos realmente justiça. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Muito boa tarde a V.Ex.^a, aos membros da Mesa, aos Deputados e aos cidadãos que acompanham a nossa Sessão. Uma saudação especial aqui à Resistência Alviverde, da torcida do Coritiba que aqui está presente, e uma saudação ainda mais especial ao Professor Aroldo Brand, referência da meliponicultura no Estado do Paraná, que está aqui presente também, referência da agroecologia. Senhor Presidente, assim como a Deputada Luciana falou agora há pouco, expressamos as nossas condolências, a nossa solidariedade, o nosso pesar aos familiares do Marcelo Arruda, guarda municipal, servidor público de Foz do Iguaçu que foi brutalmente assassinado nesse sábado. O Marcelo foi candidato a Vice-Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, e aqui, aos companheiros do Bloco que orgulhosamente integro, Deputado Tadeu, Deputado Lemos, Deputada Luciana, Deputado Arilson e Deputado Requião, expresso o meu pesar e as nossas condolências. O PDT afirma o seu compromisso também expressado hoje no nosso Presidente do PDT de Foz do Iguaçu, Nelton Friedrich, nosso Presidente Estadual, André Menegotto, uma nota de pesar, indignação e reflexão sobre o ocorrido em Foz do Iguaçu. O alerta que faço, senhoras e senhores, é que esse episódio, contrariamente ao que alguns podem afirmar, que é uma luta de dois extremos, não é, Sr. Presidente! Vimos um cidadão comemorando a vida, comemorando o aniversário e teve a sua festa, a sua celebração interrompida por um fanático, por alguém que ecoa as palavras do Presidente da República, que falou, Deputado Tadeu, em campanha, que iria metralhar os membros do Partido dos Trabalhadores. Acho que temos que ter uma defesa muito clara aqui. O que está em jogo não é a esquerda ou a direita, o que está em jogo é civilização e barbárie. É inaceitável, Deputados e Deputadas, que achamos isso normal! É inaceitável que o Estado brasileiro ache isso normal ou que isso seja tratado como uma briga comum. Não é uma briga comum, Deputada Luciana, não foi uma briga comum!

Estamos vendo... e a nota que o Presidente da República emitiu é ridícula, é de um desprezo à vida, Deputada Mara, a senhora que tanto defende com muita propriedade e com toda a legitimidade as pautas da vida, as pautas da saúde, as pautas dos direitos. Mais uma vez, meus amigos e amigas, friso aqui que não podemos achar isso normal e não podemos aceitar que o Estado brasileiro não se posicione veementemente contra isso! Hoje já foi emitida a prisão preventiva do homicida, do assassino e pedimos, sei que o Governador Ratinho Junior já determinou também o aprofundamento das investigações, a devida investigação, aqui saudar também a Dr.^a Camila, que foi indicada como Delegada para conduzir a investigação, fizemos uma homenagem a ela aqui, pois foi responsável pela elucidação de um crime bárbaro que ocorreu aqui em Curitiba, pela Delegacia de Homicídios, fizemos uma homenagem a ela, então também, Deputados, fico contente de que é ela quem estará à frente dessas investigações. Mas, como membro do PDT, como Líder do PDT aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Michele, reafirmamos este nosso compromisso pela civilização. O acirramento da luta política tem que se dar por meio das palavras, por meio do debate, por meio do aprofundamento democrático das ideias e jamais pela violência. Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso repúdio à violência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. O nosso repúdio à violência ocorrida contra o Marcelo Arruda nesse sábado, em Foz do Iguaçu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrarmos a presença em nossa Casa do Prefeito de Paiçandu, Sr. Ismael Batista, e do Vice-Prefeito, Val Magalhães, por solicitação do Deputado Dr. Batista. Obrigado pelas presenças. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados e todos que nos assistem. Também quero repercutir o fato que aconteceu em Foz do Iguaçu, Deputada Luciana, que vejo que está

muito emocionada. Estamos vivendo tempos sombrios, de fato! Uma morte, uma família que perde alguém que amava, uma intolerância gigante neste País, lados extremos lutando, brigando. Confesso que ando com receio e até com medo do que está por vir, Presidente Tercílio, nas próximas eleições. Nós aqui nesta Casa e todos os demais líderes e representantes que estão na política, precisamos inflar de fato a paz. Não é uma utopia, porque se não fizermos isso, Deputada Cantora Mara Lima, não sei o que vai acontecer nos próximos meses. E todos estaremos correndo risco. Vi o depoimento de uma mãe para uma filha ontem, Deputado Gilberto, ela de fato militante do PT e a mãe dizia a ela, Deputada Luciana: *Filha, não saia mais com aquela bolsa, porque tenho medo do que pode acontecer com você.* Vejam o absurdo a que estamos chegando, uma pessoa ter medo de sair às ruas, a mãe ter medo de a filha sair às ruas. Acho que cabe a nós aqui, por exemplo, nesta tribuna, todos que subimos aqui, termos responsabilidade com as nossas palavras, para não inflar ainda mais essas pessoas que estão lá fora. Esses bandidos que estão lá fora usando deste momento político para distanciar cada vez mais a nossa população. Outro assunto que também não posso deixar de falar aqui hoje diz respeito ao caso da parturiente que foi estuprada durante o parto no Rio de Janeiro. Que absurdo é esse? Temos acompanhado, aqui, Deputada Mara, Deputada Luciana, diversos tipos de violência contra a mulher, mas não achei nunca, pensei na vida, que chegariam a esse ponto. O anestesista, que é um médico que cuida do paciente, no caso ali da parturiente, estuprá-la durante o momento mais bonito da sua vida, que é dar a luz a um filho? Gente, que mundo é esse que estamos vivendo? Eu e outros Deputados e Deputadas temos lutado aqui contra a violência doméstica contra a mulher, contra a violência familiar, contra a violência obstétrica. Recentemente, aprovamos a Lei da Doulas, Deputado Goura, que permite que as doulas possam acessar os hospitais. Conversando aqui no Plenário lembrávamo-nos da importância das doulas, por exemplo, em um momento desses. Se uma doula, por exemplo, estivesse ali com essa gestante, com essa parturiente, isso não teria acontecido. Então, vejam a importância de uma lei como a que aprovamos nesta Casa. Ou a Lei do Acompanhante, que infelizmente, infelizmente, ainda muitas mulheres no momento de parto, ainda têm esse direito negado, o direito do acompanhante. Sei que a Procuradoria da Mulher tem recebido, inclusive,

denúncias sobre isso, sobre a negativa da entrada do acompanhante durante o parto. Tanto a doula, quanto o acompanhante estão lá para dar suporte emocional para a gestante, para a parturiente. Eles são peças chaves, inclusive, para lutar pelos direitos delas durante aquele momento, que sabemos ser um momento de vulnerabilidade. A gestante está ali ganhando o seu filho. Então, precisamos ter ou o acompanhante ou a doula... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Mabel, por favor, para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir, Presidente. Então, são pessoas que precisam estar ao lado das parturientes neste momento. Infelizmente, nós, mulheres, não temos um dia de paz neste País, mas não podemos deixar de lutar todos os dias, Deputada Luciana. Por isso, precisamos estar aqui unidas nesse debate, nesse confronto, mas lutando sempre pelos direitos e por mais respeito pelas nossas mulheres.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. Nossos convidados que vêm hoje acompanhar também o Projeto 367. Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas. Gostaríamos de fazer hoje, Sr. Presidente, um debate a respeito de outras pautas, de pautas que são importantes, são necessárias, para serem debatidas, aqui, como é o caso da volta, por exemplo, da Repar, da Refinaria Presidente Vargas, à lista das empresas que podem ser vendidas para a Petrobras e que se isso acontece retira do Paraná cerca de R\$ 5 bilhões de ICMS. Mas infelizmente as coisas não são sempre como gostaríamos, Sr. Presidente. As coisas acontecem e, obviamente, é preciso que façamos referências a elas, ainda que não sejam aquelas que faríamos em outro período. Aqui já falou a Deputada Luciana, já falou o Deputado Fruet, já falou a Deputada Mabel, sobre o que aconteceu na madrugada de domingo, sobre a morte do Marcelo, que foi sepultado hoje, aliás, foi sepultado e como ele gostava muito de música, o Professor Lemos acompanhou também, fizeram

uma serenata antes do seu enterro. O Marcelo era uma pessoa que tinha uma relação muito próxima com os movimentos em Foz do Iguaçu, Deputado Marcel, o senhor que é daquela região. Foi candidato a Vice-Prefeito pelo PT, guarda municipal, 30 anos como guarda municipal. Quatro filhos, uma filha pequena e uma filha adolescente, menina ainda, não adolescente, mas menina, criança e mais dois filhos maiores. É claro que quem viu os vídeos, não o vídeo que passou ontem à noite no jornal, mas o vídeo do aniversário do Marcelo e da sua filha, é uma coisa que todos fizemos já em algum momento, em nossas vidas. Aniversário de filho sabemos que é uma das melhores coisas que podemos fazer. É claro que também não há nenhum sentido em você justificar o que aconteceu. Não há justificativa. É premeditado? Não sei. Quem vai saber é quem vai investigar. Aqui, na Assembleia Legislativa, por determinação do Presidente, por solicitação da Bancada da Oposição criamos, será lido na sequência, uma Comissão para acompanhar as investigações, que o Deputado Jacovós participa pela Bancada da Situação, o Deputado Arilson participa pela Bancada da Oposição e eu participo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. É claro que não há o que discutir, não há o que falar, não há o que dizer. Deputado Fruet, o senhor colocou muito bem aqui, que são situações como essas que fazem repensarmos até que ponto chega o gênero humano. A pessoa que vai a um local sabendo que naquele local está sendo uma festa, que ela tem posições políticas contrárias, que sabe que lá estão, inclusive, pessoas que estavam convidadas, inclusive, que antes eram agentes penais e agora são policiais penais. Sabe que tinham guardas municipais, sabe que essas pessoas também estão legalmente armadas, sabe que a mulher do Marcelo é policial civil. O que uma pessoa dessa vai fazer em uma festa, para fazer provocação, *xingar*, gritar, com a sua mulher junto, com um bebê junto, baixar o vidro, ficar xingando, voltar dizendo que vai matar todo mundo. Vai, volta e executa, o termo é esse, executa o Marcelo. O Marcelo não foi morto em um confronto como alguns disseram. Não há confronto, é execução. Aliás, é uma execução que se não fosse impedida, talvez tivessem mais vítimas além do Marcelo. O que fica muito claro quando a pessoa atira no Marcelo, quando ele cai, volta e dá mais tiros e pretendia dar mais tiros, segundo ele, e só não aconteceu porque o Marcelo acabou o atingindo e está no hospital, segundo boletins médicos, em estado grave. Como o senhor falou,

quem perde? Todos perdem, mas perdemos mais. Nós que queremos democracia, que não queremos esse tipo de debate, o debate que destila o ódio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sem dúvida nenhuma, todos perdemos mais. Não há como você tratar igual os desiguais. Seria dizer o mesmo se o Marcelo, por acaso, fosse a uma festa onde tivesse a pessoa que o assassinou, com os seus amigos, comemorando o seu aniversário, chegasse lá e levantasse a bandeira do PT e dissesse: *Aqui é Lula*. Não. Não aconteceria, porque provavelmente ele seria tratado de forma talvez bem mais agressiva. Sabemos os limites de cada um. Agora, lamento, Sr. Presidente, e parabenizo inclusive o Governador que tenha mudado a Delegada, porque o que Delegada falou ontem é uma coisa absurda: “Estamos investigando um possível tiroteio”. Que possível tiroteio? Não há tiroteio. É como alguém chegar, entrar aqui, executar duas ou três pessoas, e daí os policiais que estão aqui reagirem e dizer: “Houve um tiroteio”. Não, não há tiroteio. É execução, é assassinato. Isso precisa ser dito com todas as letras. As pessoas precisam ser responsáveis pelos seus atos. E aqueles que o admiraram por ter feito isso, também têm que ser responsabilizados da mesma forma. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença nesta Casa do Presidente da Associação Praças Unidos da Polícia Militar, Sr. Cabo Carlos, por solicitação do Deputado Soldado Adriano José. Obrigado pela presença. Último orador no Pequeno Expediente, Deputado Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Presidente Turini, Gilberto Ribeiro, Mara Lima, que integram a Mesa Diretora, Deputadas e Deputados. Rapidamente também lamentar evidentemente o fato ocorrido em Foz do Iguaçu. É evidente que todo político de bom senso, de equilíbrio, condena situações como essa, e também quem tem bom senso e equilíbrio se sente desconfortável nesse ambiente político, vulnerável, que trouxe essa situação aqui no Paraná, e que o País continua muito possível a repetições como essa.

Por isso, todos os segmentos, todos os Poderes, inclusive a Assembleia Legislativa do Paraná e outros Poderes constituídos, como pontuou a Deputada Mabel, compartilho do seu pensamento, devem, as lideranças, as pessoas, buscar esse equilíbrio maior por meio das suas manifestações de diversas formas. Mas quero aqui também registrar, e a maioria dos Deputados do Sudoeste acompanharam, Deputado Nelson, Deputado Guerrinha, acredito que estiveram na abertura da festa do vinho e do queijo lá de Salgado Filho, Deputada Luciana também esteve, não estive na abertura na sexta-feira, mas visitei no sábado. É uma festa muito tradicional, que fortalece a agroindústria familiar. Tempo favorável, e depois de dois anos sem festa, foi um sucesso, muita gente participando, e a agroindústria de Salgado Filho, a agroindústria familiar do sudoeste do Paraná, ela tem muita qualidade, muitas opções, e com a instituição do Susaf, que é uma alternativa nova de inspeção sanitária, abriu novos horizontes para esses produtos que vêm rapidamente ganhando mais força e qualidade. Enfim, é uma festa que promove a agroindústria familiar e contribui muito para fortalecer aquilo que já tem presença marcante no sudoeste do Paraná. Parabéns a todos que organizaram mais essa edição da festa do vinho e do queijo com muito sucesso. Quero também aqui abordar um assunto que interessa a muitos, que é o preço do leite no momento. Isso interessa, sem dúvida é um assunto que está chamando a atenção do consumidor, que está pagando caro, acima de R\$ 7,00 o litro do leite *in natura*, o produtor está diretamente envolvido neste contexto, recebendo um preço acima da curva também momentaneamente, e toda a cadeia produtiva, evidentemente, os derivados também chegando ao consumidor com preço mais caro. Isso é consequência da velha lei da oferta e procura, porque estamos em um mercado que perdeu 10% de produção, perdeu uma quantidade grande de produtores, de pequenos produtores inclusive nesse contexto, por vários fatores, pela própria inflação, o patamar do preço chegou nesse nível, pela seca que se estabeleceu, que contribuiu para a queda da produção, a guerra, que também tem trazido, por meio dos fertilizantes principalmente, aumento de custo, aumento dos combustíveis, vários fatores que trouxeram aumento do custo e que ajudaram também a levar esse preço a níveis mais elevados do que o histórico. Portanto, temos um quadro em que o consumidor paga caro e o produtor, mesmo recebendo um preço acima da

média, está com uma margem de lucro pequena, porque o custo de produção subiu muito. E o distribuidor, quem está na ponta, que comercializa o leite, ele tem um controle maior sobre a situação, ele impõe a sua margem de acordo com o mercado, e o mercado está favorável no momento porque a oferta está pequena. Já o produtor, ele recebe aproximadamente 35, 40 dias após terminar o mês em que ele entregou o produto, e ele vai receber e não sabe o preço que ele vai receber. Então, ele fica muito vulnerável nesse contexto, ele não consegue negociar o seu preço e ele fica muito à mercê da lei da oferta e procura, o que é bom, mas sem nenhuma influência sobre esse mercado. Isso, mesmo com preço um pouco mais alto do que a média, temos uma margem de lucro muito pequena... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Reichembach, por favor, para concluir.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Tem muitos pequenos produtores saindo da atividade, e assim, o pequeno saindo, o grande se viabiliza porque ele tem uma produção em escala, e o leite que sempre cumpriu um papel social, vamos dizer, com os pequenos produtores recebendo uma renda mensal, eles vêm saindo rapidamente da atividade, ou por mão de obra ou por fatores do custo da produção. Então, fica registrado e em outra oportunidade queremos aprofundar um pouco mais este assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário do Grande Expediente. Com a palavra, Deputado Homero Marchese.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Homero Marchese; e Professor Lemos.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Tercílio Turini, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Inicialmente também, a exemplo dos meus colegas, repudio o episódio em Foz do Iguaçu, que não tem nada a ver com política, tem a ver com crime, e assim tem que ser tratado. Que o responsável possa ser punido na forma da lei e que esses episódios não se repitam. Agora há pouco a CCJ aprovou um Projeto de Lei do Tribunal de

Justiça que cria o Foro Regional de Paiçandu, da Comarca da região metropolitana de Maringá, até recentemente estavam aqui na sessão o Prefeito Ismael e o Vice-Prefeito Val, vamos falar desse Projeto quando ele vier aqui para a Sessão, mas é uma grande conquista, não só para Paiçandu, mas para as cidades da região que vão compor esse Foro, Ivatuba, Floresta e Doutor Camargo. Estão aqui o Evandro, o próprio Doutor Batista, o Jacovós, Soldado Adriano, Maria Victória, que se empenharam conosco na concretização desse Projeto tão importante, que hoje tem o seu primeiro passo aqui na Assembleia Legislativa. Outro assunto, fiz um convite, que deve ser votado hoje, para o Presidente do Tribunal de Contas, o Fabio Camargo, para que possa comparecer a esta Assembleia, que é órgão auxiliar do Tribunal de Contas, e informe os Deputados, e ele foi Deputado Estadual, vai ser muito bem recebido, sobre o episódio envolvendo o ataque *hacker* aos sistemas do Tribunal por quase dois meses. Parece-me que hoje os sistemas foram totalmente reestabelecidos, os sistemas do Tribunal ficaram fora do ar e queremos saber se houve danos aos bancos de dados da Casa, houve danos aos processos de fiscalização, qual foi a extensão deles, se houve algum prejuízo aos trabalhos da corte, se a corte está preparada para ataques semelhantes futuros. Fizemos um requerimento escrito já há alguns dias ao Tribunal de Contas, parece-me que ele foi enviado por e-mail e acabou não chegando ao Tribunal porque o próprio motivo do ataque justifica, os sistemas tinham saído do ar, mas conversei informalmente com o Presidente Fabio Camargo, ele já disse, Presidente Tercílio, que ele topa vir aqui, ele vem sem problema algum conversar com os Deputados, de maneira que possamos exercer o nosso trabalho de saber o que exatamente aconteceu. O Tribunal de Contas é uma instituição muito importante, fiscaliza os 399 municípios do Estado e toda a administração estadual tem informações bastante sensíveis, faz, por exemplo, a análise de diversas prestações de contas todo o ano, e precisamos saber, aqui, como Poder do Estado, o que de fato aconteceu com esse episódio. Um último assunto, mas o mais importante que gostaria de tratar com os senhores tem a ver com um caso que aconteceu em uma escola estadual de Maringá na semana passada. A mais antiga escola estadual de Maringá, o Instituto de Educação, que fica localizada bem na Catedral, bem na praça da Catedral da cidade. Um rapaz que se identifica como mulher buscou

utilizar o banheiro feminino do colégio. Algumas garotas não gostaram daquilo e procuraram a coordenação da instituição. Uma profissional da instituição, não vou falar o nome de ninguém, muito menos dos menores envolvidos, uma profissional da instituição teria orientado essas garotas de forma absolutamente incorreta a entrarem nas salas do terceiro ano do ensino médio e do nono ano do ensino fundamental e perguntar para os alunos o que eles achavam, fazer uma espécie de enquete, cuja maioria, Deputada Mara, iria determinar o uso do banheiro na escola. Claro que isso não deve ser feito por menores e muito menos dessa forma. Bom, enfim, a pessoa envolvida não gostou de saber o que estava acontecendo, juntou outros alunos e também pessoas que não eram alunos da instituição, pessoas, inclusive, que haviam sido expulsas da instituição, montaram uma emboscada na esquina para duas garotas e espancaram as duas garotas covardemente. Em uma gravação que circula pela internet dá para ver esse espancamento covarde. E já tratei aqui nesta Casa de um caso um pouco parecido que aconteceu em Loanda. Isso tem acontecido em várias cidades do Paraná, do Brasil, do mundo inteiro. Não é mais um caso isolado. Já passou da hora de tratarmos com responsabilidade esse assunto que está envolvendo divisão e até agressão, como o episódio deixa claro. Diante da complexidade do assunto, da impossibilidade de agradar todo mundo, na verdade a sociedade está fugindo de tentar resolvê-lo. E precisamos tentar resolver esse assunto. Também esse assunto tem sido mal orientado, no meu ponto de vista, por Núcleos de Educação, talvez porque nesse período estão muito preocupados em fazer eventos para seus Deputados de coração e isso, talvez, tire um pouco da atenção do pessoal do Núcleo de Educação. E também tem havido muita influência de ativismo de esquerda sobre esse assunto nos Núcleos. Eles parecem trazer a última verdade em Paris sobre esse assunto para os Núcleos de Educação, esquecendo que a sociedade paranaense é brasileira, parece-me tem uma opinião sólida e coerente em sentido diferente do que a militância tem pregado. Principalmente o pudor e não qualquer outro motivo que determina divisão dos banheiros por sexo. Isso pareceria óbvio se as pessoas não quisessem fazer de tudo um cavalo de batalha. A divisão de uso de banheiro por sexo não tem a intenção de agredir, atacar ninguém. É uma prática adotada há muito e muito tempo, ao longo do tempo na história, quando as pessoas chegaram à

conclusão de que isso evitaria confusões desnecessárias. E quem vai dizer que isso está errado? Quem vai dizer que isso não tem funcionado ao longo da história? Não sei se a maior parte dos meninos e dos homens se incomodaria se meninas ou mulheres utilizassem o banheiro masculino. Desde é claro, que elas topassem em trocar o privilégio do banheiro feminino por um banheiro normalmente sujo, que é o banheiro masculino. O principal problema nesse assunto tem a ver com o uso de banheiro feminino por meninos ou homens. Acredito que aqui a proporção se inverte. A maior parte das meninas e das mulheres e também de seus familiares não gostaria que isso acontecesse. É razoável que entendam desse jeito. A estrutura física de homens e mulheres é diferente. E considerando o que as pessoas normalmente vão fazer no banheiro, e que existem situações em que elas possam se despir, é provável que se encontrem situações em que haja pessoas despidas em banheiro, ou isso não acontece? A liberação do uso de banheiro de um lado como pelo outro teria também problemas pragmáticos. Pergunto se não é razoável concluir, se caso o banheiro das mulheres, por exemplo, fosse franqueado aos homens, isso não facilitaria o trabalho dos sujeitos mal intencionados, pessoas que gostam de cometer abusos contra meninas e crianças. Ou estou falando algum exagero, isso não acontece? E não existem essas pessoas no mundo? Diante desse episódio, estou oficiando a Secretaria de Estado da Educação, o Conselho Tutelar, a Polícia Civil, inclusive hoje à tarde faz uma audiência com os envolvidos, e o Ministério Público para que tomem providência. Gostaríamos de acompanhar esse assunto de perto. Não vamos admitir violência de pessoas que a praticam sob o pretexto de pregar tolerância. Não vamos admitir. E as meninas que foram agredidas em Maringá têm todo o meu apoio, assim como os seus familiares. Também estamos apresentando um Projeto de Lei, comprando mais uma das polêmicas, que chamo de Projeto de Lei de Respeito Mútuo, que prega o seguinte: a divisão de banheiros em instituição de ensino no Paraná será feita de acordo com o sexo biológico dos usuários, entendido aquele discriminado nas características cromossômicas. E, caso algum aluno, alguma aluna tenha objeção a isso, ela terá direito a utilizar um banheiro de uso individual. Acredito que é uma solução de compromisso que trata todos com dignidade, supre uma missão importante e dá uma solução para o caso. Sei de projetos do Deputado Arruda, da Deputada Mara Lima que

são relacionados a esses casos e provavelmente terão precedência em relação ao meu. Soube desses projetos agora, antes de fazer esse discurso. Espero que este debate, que é urgente, possa ser feito pela sociedade. Precisamos proteger nossos meninos e meninas, embora em caso difícil como esse, não seja possível agradar todo mundo ou chegar a uma solução perfeita para o caso, dá para atingir a melhor solução possível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, gostaríamos de cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin, parabenizá-la pelo nascimento da neta Olívia no último sábado. Parabéns, Luciana. Da mesma forma, parabenizar o nosso Deputado Arilson Chiorato e a esposa Jane, já são pais do Benício, pelo nascimento do filho Heitor, também na última sexta-feira. Parabéns em nome da Casa. Com a palavra, ainda no Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar Deputados e Deputadas, a população que acompanha a nossa Sessão. De fato é um dia muito triste. Ontem foi um dia muito triste também. Fomos comunicados do assassinato do Marcelo na madrugada de domingo. Fomos para Foz do Iguaçu para acompanhar o que estava acontecendo. O Marcelo não sobreviveu aos tiros. Então, comoção geral. Intolerância. Crime bárbaro de ódio, de intolerância política. O ódio ele é ensinado, assim como o amor é ensinado. Precisamos superar esse período do ódio. Precisamos superar semeando o antídoto do ódio, que é o amor. Portanto, o Marcelo, com todos os direitos de brasileiro, foi comemorar os 50 anos do seu aniversário. E foi em um espaço de fazer festas, que é a Associação Esportiva Saúde Física de Itaipu, que é a Aresf. Então, esse espaço é um espaço de fazer atividades como ele estava fazendo, comemorando o aniversário. Convidou amigos, familiares, 50 anos é uma data histórica, muitos brasileiros e brasileiras comemoram essa data como uma data histórica. E ele decidiu comemorar com o tema do Partido dos Trabalhadores, e, de repente, uma pessoa que não conhecia o Marcelo, o Marcelo também não conhecia esta pessoa, movida pelo ódio, vai até a festa sem ser convidado, e comete esse crime bárbaro. É importante que digamos que de algum tempo para cá estamos acompanhando

isso. Quando o Ex-Presidente Lula veio em uma caravana ao Paraná, foram também pessoas contrárias ao Partido dos Trabalhadores, contrárias ao Presidente Lula, também ofender, xingar, jogar ovos, jogar pedra. Aconteceu em Francisco Beltrão, em Foz do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, inclusive, o Padre Pastel praticamente perdeu um olho por uma pedra que foi atirada por intolerância política. De Quedas do Iguaçu para Laranjeiras do Sul, quando o ônibus que estava o Presidente Lula passava por Nova Laranjeiras, do meio do mato, alguém atirou no ônibus. Perigoso, poderia ter acertado pessoas. Mas agora, recentemente lá em Minas Gerais, foi alguém também jogar fezes usando drone, mas também no Rio de Janeiro, há poucos dias, foi alguém lançar bomba sobre a multidão. E evoluiu para esse crime de ódio que matou o Marcelo. Essa escalada da violência precisa ser contida, não pode ter continuidade, isso não faz bem a ninguém – nem à direita e nem à esquerda, nem ao centro, nem à extrema-direita, nem à extrema-esquerda. Não faz bem à população do nosso País. E alguém pode até falar: mas está polarizado entre o PT e o PL; entre Lula e Bolsonaro, mas a polarização ela já existiu em outros momentos: o PT sempre polarizou com o PSDB. Nunca teve agressão, nenhuma pedrada, nada, nunca teve. Foi o debate maduro, o debate no campo das ideias, perdendo ou ganhando eleições, respeitando o resultado.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Professor Lemos, concede-me um aparte?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Por gentileza, Deputado.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Professor Lemos, V.Ex.^a tem razão. É um assunto preocupante e vemos um radicalismo muito grande, jamais visto na história do nosso País em eleições que ocorreram no passado. Preocupa-me muito, muito, muito mesmo. São poucos os radicais, é uma minoria, mas essa minoria com certeza, se não for contida e não houver uma medida tomada, com certeza poderemos ganhar grandes proporções inclusive atrapalhando o processo democrático do País que já é consolidado. Não pensem os senhores e as senhoras que estão nos ouvindo que essa revolta, de alguns poucos, essa insatisfação com o que vem ocorrendo vai desestabilizar nossa democracia. Nossa democracia é consolidada, ninguém vai mexer nela e precisamos, sim,

combater esse radicalismo de todas as formas. Então, aproveitamos este espaço até para pedir àqueles que são do Bolsonaro, que são do Lula, que são dos outros candidatos, que tenham calma, que tenham paciência, aprendam a ouvir, a respeitar opinião dos outros. É assim que se faz democracia. Não é brigando, não é agredindo, não é fazendo o que fizeram lá em Foz do Iguaçu. Lamentável essa situação, Professor Lemos, e somos solidários à família, àqueles que nos deixaram e esperamos que isso não volte a acontecer no nosso País. Mas é uma preocupação muito grande que temos que isso possa se tornar costumeiro, infelizmente. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado, Deputado. Com um aparte, Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (MDB): Deputado Professor Lemos, também fiquei estarrecido com a notícia veiculada ontem do falecimento trágico, do assassinato do Marcelo lá em Foz do Iguaçu. Inaceitável! Jamais imaginei que pudesse viver uma situação como essa ainda mais por causa de política, porque corriqueiramente acontecem fatos de violência, no Brasil, agora, aqui no Paraná, o Estado progressista, o Estado pelo qual temos a maior convicção de respeito, jamais imaginariamo – eu imaginaria – que pudesse acontecer uma situação como essa. Quero deixar consignado, Professor Lemos, a minha absoluta revolta, a minha contestação a esse episódio, a minha solidariedade ao PT e desejar que isso jamais volte a ocorrer, independentemente com quer que seja, com qualquer Partido político. Como disse o Deputado Nelson Luersen, vivemos em um País democrático e é necessário que as pessoas convivam pacificamente, com respeito, com tolerância e sem ignorância, porque a ignorância leva a esse estado de coisa. A ignorância é que produz essas cenas lamentáveis a que, infelizmente, estamos assistindo ultimamente. Quero deixar aqui consignada a minha solidariedade à família do Marcelo lá de Foz do Iguaçu e em consonância ao PT, e que isso jamais volte a acontecer no Paraná e no Brasil. E que sejam extirpados do nosso cotidiano, da nossa vida, atos de violência como esse.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado, Deputado Luersen. Obrigado, Deputado Nereu Moura. De fato, precisamos de paz, precisamos de

harmonia, precisamos de respeito às instituições que organizam a nossa sociedade no Brasil. Precisamos da boa política, da política que respeita a diversidade, que forma a sociedade. A sociedade nossa ela é plural, ela é diversa e ela precisa ser respeitada como ela é. E aí, nas urnas, votamos e escolhemos os nossos representantes. Seja para os parlamentos municipal, estadual, nacional; seja para os executivos do município, do Estado e da União. E aí respeitamos o resultado e vem a outra eleição. Na outra eleição, podemos reconduzir os eleitos ou pode trocá-los. Não há outra forma melhor do que a democracia, não existe. Países que não têm democracia é um caos! É um caos! Então, precisamos preservar a democracia, garantir a liberdade de pensamento, garantir a liberdade de expressão, garantir o direito de o estudante aprender livremente e o direito de o profissional professor também lecionar livremente e de quem faz militância partidária o direito de fazer a militância partidária, de expressar a sua posição política, seja na fala, seja nas redes sociais ou no debate presencial, ou seja, nos gestos, nas expressões, como decorar um espaço, ou quando coloca um adesivo no veículo ou na sua casa. Já tivemos informações, e várias delas de pessoas intolerantes, de riscar o carro, de furar o pneu do carro da pessoa, porque não concorda com o adesivo que coloca no veículo. Está errado isso. E aí foi evoluindo, passou da agressão verbal, passou da agressão ao veículo, ao carro da pessoa, chegou ao ponto de assassinar uma pessoa. Isso está errado. Isso precisa ser superado. O criminoso, evidentemente, tem que ser punido devidamente, e também quem estimula o ódio precisa parar de estimular o ódio, porque o ódio é ensinado, assim como o amor é ensinado. Mandela disso isso e disse mais, disse também que o racismo é ensinado. E para combater o racismo, ensinamos a igualdade, o amor. Então, é muito importante que todos e todas possamos viver e conviver com a diversidade, respeitando a pluralidade que forma a nossa sociedade. O Marcelo, um trabalhador, 28 anos na guarda civil, querido por todos e que perdeu a sua vida por intolerância política. Então, pedimos justiça. Aqui já solicitamos uma comissão para acompanhar a investigação, uma Comissão de Parlamentares desta Casa. E queremos, evidentemente, que o Poder Judiciário faça a sua parte, o mais rápido possível, para que outros episódios como este não aconteça mais em nosso País.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Venho acompanhando as falas dos Sr.^s Deputados em relação ao episódio de Foz do Iguaçu e já me antecipo: foi protocolado aqui um requerimento pedindo a formação de uma Comissão para acompanhar as investigações e já determino aqui, já consultei os Sr.^s Deputados Deputado Tadeu Veneri, pela Comissão de Direitos Humanos, Deputado Arilson e Deputado Delegado Jacovós. Os três já ficam designados para acompanhar o processo investigatório, em nome do Poder Legislativo. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Michele Caputo (PSDB); Tadeu Veneri (PT); Requião Filho (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*. Bom, ouvi várias falas aqui sobre o trágico ocorrido em Foz do Iguaçu, onde um perdeu a vida e o outro está à beira da morte. Vou comentar sobre esse caso, mas antes tenho que falar uma coisa, Presidente. Primeiro que não sei se a função nossa é investigar crime. Nunca vi isso. E quando escuto Deputados antigos aqui falar que nunca houve isso na política. Como não? Tivemos Prefeito mandando matar o Vice, Vereador que matou outro Vereador. Nesta Casa aqui, o pai do Kielse deu um tiro em outro aqui, pelo jeito perdeu a vida aqui também. Ora, quem tem que investigar é a polícia, não é a Assembleia. Temos que fiscalizar, sim, o Governo e fazer Projetos de Lei descentes, favoráveis à melhoria da vida das pessoas. E esta Casa não vem fazendo muito isso, infelizmente. E quando o Professor Lemos fala que tem que acabar com o ódio, Professor Lemos, reúna-se com o MST e manda eles pararem de invadir as terras, de matarem, destruírem, de estuprarem. É isso que esse movimento criminoso faz no País. Quem gera toda violência aqui são os movimentos de esquerda, todos os movimentos de rua. O Deputado Requião está rindo do quê? Por que não tem o que falar ou o senhor não acompanha, não? Ah, o senhor virou petista agora. Entendi. Por que todos os movimentos de rua do PT como é que terminam? Põem fogo em caminhão, agredem a polícia, destroem patrimônio público. Ou estou mentindo? Quem é

que trouxe os *Black Blocs* para cá? Foi a direita ou foi essa doentia e cheia de ódio da esquerda? Outro dia, agora, há questão de dias, Presidente Traiano, o “descondenado”, o *Lularápio* esteve lá fazendo discurso elogiando o Vereador que agrediu um empresário porque xingou ele e quase matou o empresário, jogou o empresário contra um caminhão. O cara teve traumatismo craniano, quase perdeu a vida porque xingou o Lula. Esse é o movimento sem ódio da esquerda. É o ódio do bem. E ele ainda bate palmas para esse cara que agrediu o outro, incentivando que outros o façam, diferente do Presidente Bolsonaro que disse que não compactua com nenhum tipo de violência, principalmente na área política. Tudo que envolve o PT eles querem fazer filme. Quando mataram a Marielle, quem matou a Marielle? Quem matou? Veja onde ela andava: na comunidade dos traficantes do Rio de Janeiro. Vocês vão descobrir quem matou. Qualquer um sabe, só o PT que não sabe. Quando eles assassinaram o Celso Daniel, eles não tocam mais no assunto. Mataram o Celso Daniel para calar a boca dele. Foram 14 assassinatos. É o ódio do bem, Deputado Lemos, Deputado Tadeu Veneri. Vocês pregam o bem realmente. Quando é para vocês, vale tudo. Vale matar, arrancar cabeça. Agora, quando acontece algo contra vocês, tem que virar filme. Narrativas sempre do PT querendo vitimar, se vitimar. Não vão conseguir enganar ninguém, não. O seu Presidente está apoando agressão, sempre apoiou. Pega os discursos do Lula. Agora, ele disse lá que ele quer retomar a democracia no Brasil. Como? O Brasil vive uma extrema democracia com o Presidente Bolsonaro. Só não tem democracia no Judiciário e no STF, onde todos que estão lá, ou melhor, a grande maioria foi nomeada pelo PT e impuseram uma ditadura que querem mandar prender qualquer um, independentemente da Constituição Federal. Agora, será que quando ele fala em retomar a democracia, é fazer igual à democracia que eles apoiam de Cuba e Venezuela? Hein, Deputado Requião? Será que é isso a democracia do PT? Aquela que eles apoiam? Dizem que Cuba é democracia, Venezuela é democracia, Argentina também. O povo sendo massacrado e fugindo do País. Não queremos essa democracia não aqui, queremos a nossa que temos aqui. Voltando ao caso aqui de Foz do Iguaçu, a narrativa dita pelo Deputado Tadeu Veneri, que o policial civil foi lá para matar e executar, é uma grande mentira. Primeiro que não foi feita investigação ainda, a não ser que ele tenha já a investigação feita. Deve ter. Na

cabeça do PT deve ter. O policial civil, Deputado Tadeu, já me informei, falei com o Delegado-Geral, falei com muita gente envolvida, ele foi lá nessa festa, que era em um clube, ao qual esse policial civil era diretor, levar a esposa dele na festa, que foi convidada pela mulher do outro policial, que eram amigas. Quando ele chegou e viu aquilo, falou: *Não vai descer do carro*. E deve ter provocado, xingado, não sei. Aí vem a vítima, o policial que morreu, vem correndo, pega pedras no chão e joga na cara dele. Será que é assim que temos que tratar alguém que nos ofende verbalmente? Jogando pedras na cara? E o cara com a mulher e com a filha no carro. Aí esse policial, que levou a pedrada, puxa uma arma, aponta a arma e vai embora. A filmagem mostra depois o policial municipal vindo correndo com a arma em punho, entrando na festa, e o outro vem de carro armado e lá eles começam a falar. Ninguém dá para saber se ele fala: *Baixa a arma*. Ou não. E trocam tiros. O policial que morreu levou dois tiros, o outro policial levou quatro tiros e está à beira da morte. E o policial que levou os tiros estava caído lá dentro, ferido, começou a levar chute na cara, no peito, foi espancado, mesmo ferido. Esse é o tratamento do bem, é o ódio do bem do PT. Ah, vamos chutar ele até matar. É óbvio: porque ele é bolsonarista. Será que é isso? E outra: esse crime não tem nada a ver com Bolsonaro e PT. É um crime corriqueiro no Brasil, que acontece diariamente, semanalmente, é em churrasco de família que dá briga, é em campo de futebol, é vizinho que briga e dá tiro um no outro. Agora, porque envolveu alguém do PT e alguém que na página dele tinha foto do Bolsonaro: *Ah, tem que ser investigado pelo FBI esse crime*. Lamento muito, os meus sentimentos e pêsames para a família que perdeu o ente querido e também para o outro que está ferido! A família não tem nada a ver com isso. Agora, politizar, querer politizar em volta de um crime é lamentável, é muito baixo e o PT sempre faz isso! Pega uma vítima, não está nem aí com a vítima, mas quer polemizar, entendeu? É vergonhoso! Quando o Adélio Bispo esfaqueou o Presidente Bolsonaro, não vi essa imprensa porca e parcial dizer assim: *Ah, um esquerdista, um lulista esfaqueou Bolsonaro*. Porque na página do Adélio Bispo estava cheio de fotos com a Dilma, com o Lula e não sei com quem mais. Aí ninguém fala nada, aí é um crime normal. É um louco, não é, Deputado Gilberto, aí é um louco que tentou matar o candidato a Presidente. Mas se fosse o contrário, uma agressão ao Lula: *Ah, é um bolsonarista*. A

mídia é imoral, é indecente, principalmente a grande mídia. Não mostraram o filme todo; mostraram o cara saindo do carro e atirando, não o mostraram levando pedrada na cara, não mostraram o policial que morreu vindo com a arma na mão, não mostraram nada e nem a história contaram, que ele foi levar a mulher dele na festa. Ele não foi para matar ninguém; ele foi para levar a mulher na festa e quando viu aquilo não quis deixar. E se fosse para matar, quando ele levou a pedrada e puxou a arma, teria matado. Ué! Óbvio que não foi para assassinar ninguém, não! Isso foi uma fatalidade de uma ignorância de ambas as partes. Ignorância de ambas as partes que gerou esse crime lamentável em Foz do Iguaçu. Mas, não podemos politizar isso. Agora está toda a polícia lá em Foz do Iguaçu. Tanto pai de família, tanto policial que já morreu em confronto e nunca vi ninguém falar nada se quem matou ele era petista ou não! Ora, quando morre qualquer cidadão ninguém quer investigar nada, agora quando morre alguém que é ligado ao PT: *Ah, tem que investigar isso.* Ora, foi um crime, ponto-final. O culpado será preso e acabou. Vocês querem levar para onde isso? Pena de morte? Não. Isto aqui tem que acabar no nosso Brasil, essa pouca vergonha da esquerda sempre querendo fazer esta polêmica em volta de vítimas. Ninguém acredita mais! Isso é apelativo. Aí o Lemos falou que o Lula foi agredido não sei onde. Ora, Deputado, quem foi agredido foi o Bolsonaro, porque quase o mataram! Ele que foi agredido. E quem agredi todo mundo são os seguranças do Lula, quando alguém chega perto dele! Outro dia, em um hotel, alguém gritou: *Ladrão.* A Gleisi falou: *Tem que dar porrada nesse cara.* Esse é o ódio do bem do PT! Eles podem agredir, matar, roubas, saquear, mas ninguém pode fazer nada, porque na cabeça deles, eles pensam em ditadura, onde eles mandam e o resto obedece. Essa pretensão de vocês de querer dar um golpe aqui nas eleições não vai dar certo. O povo está ligado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... e tenho certeza de que o nosso Presidente está bem informado a esse respeito, que teremos uma eleição limpa e, pelo que vemos nas ruas, a grande maioria continua brasileiros de bem,

patriotas, conservadores, sempre homenageando o Presidente Bolsonaro, enquanto a minoria vermelha reúne aí cem ou duzentas pessoas e quer virar vítima por qualquer motivo, querem dizer que o Lula é perseguido. O Lula não perseguido. O Lula, o povo sabe que ele é o maior ladrão do nosso Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, primeiro não quero contrariar a fala de ninguém, mas, apenas a título de informação, a Comissão formada não tem poder de investigação, apenas vai acompanhar. E qualquer Parlamentar ou Partido que entender ser necessário formar uma Comissão para futuras situações que possam comprometer pessoas, estamos aqui dispostos a designar uma Comissão. Ela não tem papel e função investigativa, apenas acompanhar. Isso não vai alterar em nada! Acreditamos no poder de polícia de quem vai fazer a instauração do inquérito e na sequência, claro, caberá enfim à Justiça decidir quem está com a razão ou não. Então, a Assembleia não vai investigar ninguém. Acho que esta é uma situação atípica, houve uma solicitação e não vejo nenhuma razão para não determinar essa Comissão para acompanhar esse fato.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Desculpa. Sou contrário à sua opinião. Isso mais parece politicagem, porque se não vai resolver nada, para que que tem? Quando aquele prefeito mandou matar o vice, ninguém formou Comissão nenhuma. E outras mortes que tivemos aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, não houve...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Esta Casa tem coisas mais importantes para fazer.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): ... não houve solicitação por nenhum Parlamentar à época...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mas se não vai servir para nada, para que acompanhar? É para fazer mídia?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência tem que compreender. Estou aqui de uma forma democrática, como sempre, ouvindo, seja a Situação quanto a Oposição. Aqui procuro agir como magistrado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ponha para votar, então, Presidente, se concordamos ou não. Ponha em Plenário para ver se é útil ou não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É uma decisão deliberativa da Mesa Executiva, da Presidência.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ah, óbvio! É que o dinheiro do povo aqui não é respeitado. Está bom, então!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas, Deputados e todos que acompanham as mídias sociais da Assembleia. Iria falar hoje sobre uma questão que envolve os bombeiros civis, Deputado Nelson, que é uma questão importante de segurança, mas não posso me furtar de discutir e debater um pouco esse fato que aconteceu lá em Foz do Iguaçu. E, a bem da verdade, talvez seja o mais emblemático no Paraná neste momento, mas não é o único pelo País e se todos nós, líderes religiosos, empresariais, de trabalhadores, nós que fazemos a política partidária e ideológica, se todos não intervirmos nesse processo, tenho certeza de que lamentaremos e vamos conviver com situações iguais, parecidas ou piores nesses três meses que nos separam das eleições nacionais, com repercussão estadual. Quero acima de tudo me solidarizar com a família do Marcelo Arruda. Para mim não importa se ele era do PT, se ele era de “A” ou

de “B”. Ele morreu, levou um tiro! Estava comemorando o seu aniversário com as pessoas que ele gosta, com as pessoas que comungam do mesmo pensamento que ele comunga. Quero e desejo, já disse ontem e hoje nas minhas redes, que o cidadão que cometeu esse assassinato se recupere. Não sou daqueles que olha o mundo de “A” contra “B”, daqueles que acham que o campo político e ideológico dele tem razão sempre, sobressaindo-se sobre outros. Já vi gente de direita grandes cidadãos, já vi gente de direita exercer a sua fé cristã com muita responsabilidade, já vi isso também no campo da esquerda e já vi gente na esquerda e na direita propagar mensagens de ódio e de intolerância. Só discordo quando foi dito aqui que é um grupo pequeno esses que estão fanatizando esta eleição. Hitler começou com meia-dúzia e até hoje não sabemos como um povo como o alemão, que tem os melhores filósofos do mundo, os grandes cientistas, entregou-se de cabeça à ideologia nazista. Isso aconteceu na Itália com o fascismo, isso aconteceu para mim também na União Soviética, quando, para se livrar da miséria, da fome dos czares na Rússia, em nome de uma igualdade, cometaram tudo o que Stalin fez e que também foi criminoso, no meu modo de entender. Então, o que quero dizer aqui é que espero que esse cidadão se recupere. Ele está estável, pelo o que nos foi informado. Não desejo a morte de ninguém nunca. Para isso tem a Justiça, para isso tem os Poderes constituídos, para isso tem a democracia. A democracia é importante por conta disso. Ela não deixa alguém ser o julgador, o carrasco, o algoz. Ela distribui isso. Quem tem que dirimir as diferenças na sociedade são os poderes constituídos. Então, espero que esse cidadão se recupere, se recupere rapidamente. Espero e tenho certeza de que o Governador, pelo que vi do pronunciamento dele logo que essa questão veio à baila, que isso seja apurado com todo o rigor e com a maior celeridade possível. Presidente, quero parabenizá-lo e a essa Mesa Diretora porque esse assunto, independentemente do viés que possa ser feito em cima dele, é um assunto que virou internacional e de impacto em todo o País, que pode ter repercussões muito sérias, dependendo da forma como for tratado, pode ter repercussões muito sérias e ser um grande paradigma para esse processo eleitoral, tanto para o lado ruim, quanto para o lado bom. Para o lado bom, espero, acho que não precisávamos de uma morte para isso, mas espero, Líder, meu amigo Micheletto, que possa ser um grande divisor de águas nesse

processo político deste ano. O meu partido, o PSDB, protagonizou com o Partido dos Trabalhadores cinco eleições nacionais. Ganhamos duas e perdemos três, inclusive, eles nos devem uma, um dia empatamos. Em nenhum momento desse embate, vimos assim discutir privatização ou não, vimos discutir reforma, se elas precisavam acontecer e de que forma. Discutíamos as questões econômicas, defendemos o Plano Cruzado, desculpe, o Plano Real, defendendo questões afeitas à social democracia, em muitos aspectos muito parecidos com parte do que o Partido dos Trabalhadores também pensava. Nunca, nunca, vi o que está acontecendo hoje. Claro que estamos com o advento das redes sociais. Vejo as redes sociais, se você for ver o que está sendo levantado, o que esse cidadão criminoso, porque ele é criminoso, ele é um assassino, o que ele colocava nas redes mostra um grande nível de reproduzir uma intolerância. Tenho o meu pensamento muito próprio, sei que ele é minoritário aqui. Sei que é majoritária, amplamente majoritária a defesa da tolerância, a defesa da democracia, a defesa da vida, mas tenho um pensamento que coloco mesmo na minha reeleição, que aonde vou defendo. Por exemplo, acho que armas só tem que utilizá-las quem está preparado para isso, técnica, mental e psicologicamente. Não acho que armar a população vai fazer com que tenhamos um estado de segurança maior. Os números estão aí. Neste momento, que precisávamos estar discutindo, Presidente, como é que retomamos a economia, como fazemos para prover saúde, educação, habitação, desenvolvimento econômico sustentável, o que temos visto e aí alimentados por radicalismos, que se escondem atrás de partidos políticos, se escondem atrás de campanhas políticas, se escondem atrás de ideologias e o debate quase nenhum. Honras sendo ofendidas, dizem respeito a carreiras que foram construídas. Parece que querem que esse resultado da eleição seja definido por quem conseguir mais rapidamente e em maior quantidade difamar e propagar *fake news* e distorções da verdade. Quero, para encerrar esse discurso, dizer que temos aqui muita responsabilidade. Que esse evento de Foz, que com certeza será apurado com muita determinação e profundidade, é isso que esperamos, acreditamos na Polícia Civil desse Estado, que ele sirva de paradigma, não para criar discursos que realimentem esse processo de intolerância e de violência, mas que isso possa servir de grande alerta, para que todos tenhamos cuidado com o que falamos, com o que pensamos e com

que dizemos, porque, Presidente Traiano, Deputados e Deputadas, não dá para colocar a reeleição acima do que pensamos como cristão, para quem é cristão, não dá para colocar a reeleição acima do respeito, da dignidade e do respeito à vida. A política não é um fim em si. Temos muita responsabilidade aqui. Tenho certeza de que a enorme maioria de todos e eu, inclusive, vamos começar a tomar mais cuidado. Vamos começar a tratar as questões com mais respeito, porque a intolerância e o ódio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Porque a intolerância e o ódio só vão gerar mais intolerância e mais ódio. Muito obrigado. Boa tarde e bom trabalho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados, hoje, infelizmente, o senhor mesmo falou, estamos praticamente com um tema só. Mas não há que se debater esse tema sob o prisma do que foi feito, não foi feito, como foi feito e como não foi feito, porque à verdade é que temos uma pessoa que foi assassinada. Essa é a realidade. Uma pessoa foi assassinada de forma covarde, premeditada, vil, por alguém que passou às 11 e meia da noite e que, certamente, não foi levar a sua mulher, é mentira. É mentira! Se alguém diz que foi levar a mulher, então, prove. É mentira. Tentam distorcer o crime acusando a vítima de ser criminosa. Tentam fazer daquele que é hoje prejudicado, o que morreu, tentam fazer dele o assassino. Que barbaridade! Que raciocínio absurdo, que às vezes as pessoas são levadas para tentar justificar a imbecilidade, a estupidez, a grosseria que tomou conta de um segmento da população. Tentar dizer que o policial penal foi levar a mulher dele às 11 e meia da noite? Isso era uma festa de aniversário, não era o início da festa da boate não sei de quem, porque nunca vi alguém levar uma pessoa com criança, às 11 e meia da noite, em uma festa que já está terminando. É mentira! Mas a mentira é tão feita com tanta convicção, que ela pretende se

passar por verdade. Isso, quem conhece a história, Sr. Presidente, sabe muito bem qual é o papel dos Parlamentos. Os Parlamentos foram feitos para que pudéssemos, civilizadamente, debater, ainda que com posições contrárias, temas que de certa forma são os temas da sociedade, são o temas que estão sendo debatidos no dia a dia, mas que têm que ter soluções também por esse Parlamento. Não nós aqui no Paraná, porque não podemos fazer nenhum tipo de intervenção a respeito de uma situação como essa, que depende de Direito Penal, mas na Alemanha, em 1933, mais precisamente em Berlim, no dia 27 de fevereiro, um holandês que estava extremamente revoltado com a ascensão de Hitler, que ainda era Chanceler, coloca fogo no Parlamento, prédio histórico de Berlim. Exatamente, o Reichstag. Rapidamente, os bombeiros tentam apagar o fogo e o Exército e a Polícia isolam para que ninguém chegue perto, para saber o que de fato aconteceu. Quando Hitler sabe disso, o Hitler fala que fica irritadíssimo com o que aconteceu e se ele souber que há qualquer ligação desse holandês com os comunistas, eles terão que ser todos exterminados, ao que lhe responde o seu principal ideólogo da comunicação, aquele que dizia que uma mentira repetida muitas vezes passa a ser verdade, como, aliás, se tenta fazer daquela tribuna, mentir, mentir, mentir, mentir. Só que aqui não pega, na sociedade não pega. Mas ele fala: "Não vamos perder essa oportunidade, temos que rapidamente dizer que foram os comunistas, que foram os socialistas". E assim foi feito. E sabemos o que aconteceu na Alemanha nos 12 anos seguintes. Isso não irá acontecer no Brasil. Jair Bolsonaro e seus seguidores não irão mudar o curso da história. Não há como termos duas versões para o mesmo fato. Não vou aqui, Sr. Presidente, fazer relatos anteriores, porque todos conhecem, e acho que é desnecessário. A verdade é que há uma pessoa que foi baleada e morreu, há uma pessoa que estava na sua festa, poderia ser na sua casa, e alguém que não tinha absolutamente nada a ver com aquilo, nada, foi lá para xingar, voltou, e disse que voltaria para matar todos e todas, voltou, e só não fez mais porque está hoje no hospital porque foi baleado. Essa insanidade que é estimulada, até entendo às vezes aqui no Parlamento esse tipo de discurso, às vezes até premido pela situação, as eleições estão aí, é preciso alimentar as suas hordas de temas que façam a adrenalina subir, é preciso encontrar o inimigo, é preciso gravar sempre para poder fazer aqueles recortezinhos e colocar, Deputado

Nelson, nós que não somos do período das redes sociais, mas é preciso, venho aqui e falo um monte de coisa, você recorta e vê como sou, não vou falar o termo, mas como sou duro quando falo com o PT, como sou duro quando falo com os comunistas. Só que não é assim, não é assim, porque quando sai, já falei uma vez isso aqui, é outra pessoa. Este ódio cinematográfico não convence ninguém. E me pergunto, Sr. Presidente, e tenho respeitado, e acho que é minha obrigação, todos os Deputados e Deputadas aqui dentro, mas me pergunto: tempos atrás, lamentamos que tenha acontecido, há uma questão de 15 dias, o PSL, por determinação judicial, perdeu as suas quatro cadeiras, acredito que foi feito de forma equivocada porque os Deputados não poderiam ser responsabilizados por um ato, não poderia o Deputado Guerra ser responsabilizado por um ato que foi cometido pela direção de falsificar a assinatura de duas mulheres, o que fez com que a chapa toda caísse, mas o Deputado Guerra vai pagar por isso se o Tribunal publicar, Deputado Guerra. O Deputado Guerra tem culpa disso? Não, não tem. O Deputado Guerra é responsável pelo o que aconteceu no seu Partido? Não, não tem, e nos solidarizamos com o Deputado Guerra, assim como com o Deputado Delegado Amaro...

Deputado Luiz Fernando Guerra (PSL): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Assim como fazemos com o Coronel Lee, e assim o fazemos inclusive com o Deputado Arruda. Já lhe concedo o aparte. Por quê? Porque não estamos aqui para instigar o quanto pior, melhor. Agora, se tem medo de perder o mandato, e por conta disso precisa todo dia colocar mais lenha na fogueira, que resolva esse problema com terapia, que resolva esse problema com psiquiatria, que resolva esse problema indo para as ruas pedir votos, que vá às escolas, que vá aos bancos, que vá às suas bases, porque não vai ter repetição do que aconteceu em 2018, não vai dar para fazer um tantinho de votos e achar que com isso já está garantido, é uma questão matemática. Então, por mais nervoso, por mais irritado, por mais dolorido que seja, a realidade é que hoje temos uma situação muito dura. Como falei aqui, o Deputado Guerra não é culpado pelo o que aconteceu, mas pode ser atingido também por isso, assim que publicarem o acórdão. Assim como não eram

também outros Deputados, que caíram, perderam os seus mandatos por conta do que aconteceu com o Deputado Francischini. Mas esse é um jogo da democracia, senhoras e senhores, Deputados e Deputadas, é um jogo da democracia, e temos tentado sempre jogar as regras da democracia, e as regras da democracia não permitem que um candidato pegue um microfone e faça esse movimento: *Vamos metralhar a petraliada*. Não permite que o Presidente da República, há dois dias, diga: “Vocês sabem o que vocês têm que fazer. Vocês sabem o que acontecerá se eu sair do meu mandato? Serei preso e os meus filhos serão presos.” Por que será preso e os seus filhos serão presos? Ele deve saber disso, ele deve saber, o Presidente Jair Bolsonaro deve saber por que está falando isso, esse destempero, essa tentativa de todos os dias dizer que vai haver golpe, essa tentativa de dizer que o Exército tem que ter uma *longa manu* no Tribunal Superior Eleitoral para fiscalizar. O Exército não foi feito para fiscalizar eleições. Aliás, o Sr. Jair Bolsonaro ganhou todas as suas eleições, as últimas eleições, todas elas, com a urna eletrônica, e nunca achou ruim. Agora, porque está prestes a perder a eleição, agora porque estão vendo que o encontro com a história irá acontecer, aí tem que inventar alguma coisa, aí tem que dizer que o rapaz chegou lá, que era um cidadão de bem, nossa, um rapaz bonzinho, com a mulher, com a filinha, só foi lá xingar um pouquinho, e o receberam com pedregulhos, com pedras. Deveriam ter recebido com flores, afinal ele só foi chamar todo mundo lá de todos os nomes possíveis... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): E aí esse senhor de bem, com a sua mulher, com a sua filha, que a sua mulher pediu para que parasse e ele não parou, voltou à sua casa, pega a arma, e sem pensar, como uma coisa assim espontânea, volta, e antes mesmo que aconteça qualquer coisa, do lado fora, e quem viu o vídeo sabe disso, passa a atirar no guarda municipal. Criminoso, assassino. Não sei se será julgado, não sei se será condenado, não sei se será chamado ou não, mas certamente as imagens que estão ali não são propriamente imagens de abraços, beijos e carinhos, não foi para dialogar. E

estas pessoas estão por aí, e o que querem eles? Que fiquemos todos em casa? Não vamos ficar. Vamos disputar essas eleições e vamos ganhar as eleições, e as pessoas que estiverem responsabilidade pelo o que está acontecendo vão pagar pelas suas responsabilidades. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já de saída, mas registramos a presença da Deputada Federal Luisa Canziani, que se fez presente aqui na nossa Casa. Seja bem-vinda. Registro a presença na Casa dos Vereadores de Almirante Tamandaré, Rodrigo Pavoni e Ferrugem, por solicitação dos Deputados Tião Medeiros e Michele Caputo. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para fazer uma correção, Sr. Presidente. Falei PSL, e não é PSL, o Deputado Guerra me corrige, foi o Patriota que não fez a documentação devida na coligação. Então, ficam aqui desculpas ao Deputado Guerra. Houve um erro do Partido Patriotas que participou da coligação e não fez corretamente a indicação de mulheres, o que fez com que toda a coligação fosse prejudicada.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros Deputados. No final do século XIX, os nossos cientistas buscavam entender um pouco mais da mente humana e da sua loucura, e foram buscar na língua grega a definição de um transtorno psiquiátrico conhecido como “A mente dividida”. *Schizo* significa dividir, *frenia* chega a algo da definição de mente. Esquizofrênicos são aqueles que têm a mente dividida, vivem na nossa realidade e de repente, em um surto, desligam-se dessa realidade e passam a viver em um mundo de alucinações, num mundo de delírios e devaneios. E me vem à cabeça cenas de bandidos de rua sendo amarrados em postes e sendo linchados, e uma horda, uma corja, gritando: *Bandido bom é bandido morto.* Vem-me à cabeça um cidadão arrancando a placa de uma rua com o nome Marielle Franco, dizendo que ela

merecia aquilo. E, de repente, um maluco que invade um aniversário, após ir até em casa deixar a sua mulher, se armar e voltar para cometer uma atrocidade, é alvejado, cai no chão e, naquele momento, alguém vai lá e chuta aquele lixo humano. De repente *bandido bom não é mais bandido morto*. De repente aquele sujeito é um coitado. Se fosse na casa de um bolsonarista, digam-me os senhores, desses bem radicais, não iria estar tendo palmas? Ele não teria sido linchado, esquartejado e pendurado em postes para dar exemplo, como foi Tiradentes? O discurso de ódio de um Presidente, que assim como a maioria daqueles que o apoiam é um esquizofrênico, leva a isso. Leva à intolerância. Leva ao absurdo. Condenamos torcidas de futebol que, por um motivo absurdo, de uma paixão, quebram estádios, destroem ônibus, atacam-se na rua pelo simples uso de uma camiseta, mas buscamos justificar uma tentativa de assassinato por um rapaz que, certamente, estava desequilibrado e esse seu desequilíbrio não foi percebido pelos seus colegas. Não foi percebido por aqueles que trabalham com ele. Não foi percebido, Dr. Batista, por aqueles que lhe concederam o porte de arma, mesmo que pela função. Colocamos esse ódio desacerbado à nossa delegada, que foi afastada do caso, como algo natural do momento político em que vivemos. Desculpem-me, não é natural. Já disse aqui, quando subimos a uma tribuna e pregamos o ódio, e pregamos a intolerância, somos responsáveis pelos efeitos das nossas palavras. E sou um Deputado de discurso ácido. Sou um Deputado com discurso forte. Às vezes, não meço as palavras e vou fundo naquilo que coloco, mas jamais preguei a violência ou o ódio. Faço acusações, denuncio falcatruas. Vou ao Ministério Público, sem dó, nem piedade, sem medo de retaliação. Mas, quando aqui desta Casa já proferiram palavras incentivando o ódio, subi a esta tribuna e condenei. Por quê? Porque o que acontece é que pessoas não capacitadas pegam uma arma e resolvem invadir uma festa para atirar naqueles com os quais não concordam. Passou do limite. Não é normal. Não é normal um delegado de polícia se manifestar por ódio. Por quê? Porque ele anda armado 24 horas por dia. Não é normal um policial militar se manifestar dessa forma. Por quê? Porque ele anda armado e faz parte do seu dever andar armado. Temos que parar de passar pano. O ódio não é normal, meu amigo Líder do Governo. Teremos aqui, tenho certeza, até o final deste ano, inúmeros embates. E não vou, ao seu gabinete, armado, e espero que você não venha

ao meu, para resolvemos isso na *bala*, porque temos que ter o mínimo de civilidade. E o que aconteceu em Foz do Iguaçu, o que acontece no Brasil afora é um reflexo desse discurso de que *bandido bom é bandido morto*. Mas os animais que falam isso têm bandido de estimação, porque quando é para investigar os filhotes do Presidente, delegados são afastados, promotores são exonerados. Quando essa gentalha se vê aos pés da justiça, Ministros são nomeados, favores são cobrados, mas o discurso lazarento de ódio, de homofobia, de intolerância, é repetido pelo Presidente por seus asseclas e essa corja busca normalizar isso. Não podemos aceitar. A democracia tudo tolera, menos a intolerância. E a arma do cidadão, do verdadeiro cidadão de bem, agora, no dia 2 de outubro, é o voto. E tenho certeza de que esta arma será bem usada e se quebraram aquele sigilo de cem anos e afins, o Presidente, seus filhotes e seus protegidos deverão, sim, se houver justiça no Brasil, ou se houver a justiça divina, irão terminar atrás das grades por pregar esse tipo de discurso em um País tão maravilhoso quanto o nosso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Presidente Traiano, em seu nome, quero aqui fazer uma saudação à nossa Mesa. Saudar os nossos Deputados, Deputadas. Não tem como fugirmos desse tema que foi aqui referido por praticamente todos os oradores. Quero aqui salientar, dizer a todos os Deputados, Deputadas, a preocupação do nosso Governador Ratinho Junior, a tomada de providências, está em Foz do Iguaçu, o Delegado-Geral, toda a equipe para que possa, mais rapidamente, ter as conclusões dessa fatalidade, dessa discrepância que vimos em Foz do Iguaçu, mas precisamos fazer uma grande reflexão aqui. Nada disso que está acontecendo vem de hoje. Isso vem já de alguns anos. E não vou dizer apenas da gestão do Presidente da República, esse último nosso Presidente que é o Jair Bolsonaro. As diferenças, as minorias, as inclusões que precisamos ter no meio onde vivemos é muito importante. Temos que respeitar, mas, muitas vezes, essas inclusões também têm sido de forma imprudente, de forma raivosa, que tem gerado todo esse trauma, todo esse impacto na sociedade brasileira. Isso não vem acontecendo

só de agora. A sociedade acordou. Muitas pessoas estão indignadas com as formas de protesto, de posições. Existem, e são necessárias as inclusões? Lógico que são, mas temos que fazer isso de forma respeitosa. E, muitas vezes, aqueles que querem se incluir no contexto da família, da sociedade, muitas vezes, escracham a própria sociedade da forma que vêm fazendo os seus protestos. E isso está gerando essa imprudência toda que estamos vendo da sociedade. Chegou ao limite. Ninguém mais quer esse tipo de tratamento entre uns e outros. Aqui mesmo no Plenário temos responsabilidades. Deputados que semana passada falavam de forma áspera, ácida, hoje vêm aqui e tentam mostrar que é mais sensível. Falava-se, semana passada, de hipocrisia. E hoje vi aqui Deputados, desde o início, falando mais calmamente, fazendo acho que agora essa grande reflexão de como se comporta aqui, de como deve falar aos seus filhos ou aqui ele é diferente do que é em casa? Quero dizer a todos vocês que: aquilo que sou aqui, sou com a minha família, sou com meus filhos, sou com a minha esposa, sou com aqueles que me rodeiam. Vejo aqui o Deputado Evandro Araújo com seu filho! Como é que os Deputados que sobem a esta Tribuna e falam gritam de forma áspera – será que são assim também em casa? Ou vivemos em uma hipocrisia? Ou aqui somos diferentes? Tem pessoas aqui que vêm fazer relatos e que os vídeos, a história mostra o contrário, essa é a grande hipocrisia. Porque aqui tentam ser diferentes porque daí tem que levar, como disse aqui o Deputado Tadeu, fazer os videozinhos, cortar as falas, não é, falar aquilo que a sociedade muitas vezes não quer ouvir, mas tentam introduzir isso para gerar esse grande trauma, essa dificuldade. Quero dizer que vivo política desde que nasci, vivo política desde que nasci, convivo com a maioria de todos os Deputados aqui. Estamos vivendo algo insano, insano! Ontem estava com meu filho de 10 anos e o meu menino me perguntou: *É isso que vocês fazem, pai? Essa é a política?* Vocês acham que os nossos filhos não entram no *Instagram*, no *Facebook* de cada um de nós aqui para ver as nossas falas, para ver a nossa convivência, para ver aquilo que exercemos, aqui, na plenitude? Vivemos uma hipocrisia aqui no Plenário. Chega de mentirmos para a sociedade. Vamos ser verdadeiros, vamos ter responsabilidade. O povo nos colocou aqui! Muita gente...

Deputado Delegado Jacovós (PL): Um aparte, Sr. Líder?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Um aparte, Jacovós, rapidamente, que quero concluir aqui o meu raciocínio.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Quero dizer, primeiramente, Líder, que estão atropelando as coisas em alguns discursos na Assembleia a situações não verdadeiras. Agora há pouco um Parlamentar falou na Tribuna que a Delegada do caso teria sido afastada. O Governo não afastou ninguém do caso. Primeiro: a Delegada Iane Cardoso trabalhou comigo em Apucarana, é uma excepcional autoridade policial. Tenho certeza de que ela vai conduzir o caso com imparcialidade. A Delegada Camila, que foi nomeada para auxiliar, é a Chefe da Delegacia de Homicídios e obviamente que um caso desse, de repercussão nacional, vai a Delegada-Chefe para poder dar o subsídio necessário. E estou vendo também muito analfabetismo aqui jurídico, porque as pessoas estão confundindo as coisas aqui. Não existe na nossa legislação penal ainda uma qualificadora dizendo assim: *Se cometeu o crime por motivo político é atenuante ou agravante*. Não tem isso no Código Penal. O que tem que ser analisado, ali, é o seguinte: foi motivo torpe? Foi motivo fútil? Assim, estão transformando essa situação aí... obviamente que vão buscar para o campo nacional para dizer que alguém está incentivando essa barbaridade. Isso é uma barbaridade. Mas só para esclarecer que o Departamento da Polícia Civil não afastou Delegado nenhum e esses imbecis que estão dizendo aí que a Delegada que agora foi nomeada para o caso para auxiliar já teria alguma postagem de cunho de direita, estão querendo deturpar totalmente a situação. É um absurdo! O nosso Governo tem responsabilidade e vai conduzir o caso com a responsabilidade devida e o Departamento da Polícia Civil também.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para finalizar o meu raciocínio, quero dizer a todos vocês que nada justifica aquilo que aconteceu em Foz do Iguaçu. Nada! Essa intolerância, essa raiva, esse ódio, vemos aqui na própria Assembleia, nos nossos discursos, pessoas exalando isso, exalando esse ódio, não é, e que muitas vezes pede aqui paz, pede a inclusão, pede... vivemos em uma sociedade plural, pede a inclusão das minorias, pede a inclusão das

pessoas para poder viver em sociedade, em paz, mas, muitas vezes, esses que querem e protestam a favor, principalmente das minorias, quando vão protestar, machucam a grande maioria na forma que protestam. Pessoas que são cristãs, quantas e quantas manifestações vimos, uma excrecência nas manifestações e que faz as pessoas de bem chegarem a um momento de intolerância, de raiva, de sair da sua casa para se defender, para defender a sua família! Quero dizer a todos que aqui dentro, deste Plenário, sim, vivemos uma grande hipocrisia. Pessoas que com discursos ácidos agora vêm aqui, como disse um Deputado Federal um tempo atrás: *Parece uma tchu-tchuca*. Agora vem de forma sensível, não é, e a história diz tudo o contrário. Quero dizer, principalmente ao Deputado Maurício, que tenho também orgulho, como V.Ex.^a disse do seu pai, também tenho orgulho do meu pai. Mas sempre, na vida, precisamos melhorar, temos que ver os erros dos nossos pais para sermos pessoas melhores, principalmente para os nossos filhos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, por favor, para concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para finalizar, quero dizer a todos que temos que ter prudência, temos que ter responsabilidade, porque temos os nossos filhos, temos aqui uma sociedade que nos escuta, que nos assiste e que sabe muito bem como é a nossa caminhada. Então, quero fazer um apelo aos nossos Deputados: vamos fazer aqui, nesta Tribuna, construções, pontes, para o bem do Estado do Paraná, não viver aqui uma hipocrisia e...

Deputado Ricardo Arruda (PL): Um aparte, Deputado, rapidinho!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Rapidinho, então.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Só um comentário que olhei aqui na internet, que o Deputado Requião falou que a pessoa tem que estudar a mente das pessoas. Tem que estudar a mente do pai dele, que colocou na conta esse crime, na conta do Bolsonaro e no Ratinho Junior. Isso no mínimo é algo de psicopata, não é!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Então, para finalizar, que Deus possa abençoar esta Casa, os homens e mulheres depois de tudo que vivenciamos, principalmente nesse final de semana, e vamos fazer uma grande reflexão, principalmente com aqueles que vivem no nosso entorno e com a... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Coordenador Geral da Prefeitura de Campo Mourão, Sr. Carlos Alberto Facco, e de sua esposa Sílvia, por solicitação do Deputado Douglas Fabrício. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente Traiano, a bem da verdade, no meu discurso disse que nós do PSDB, o seu PSDB de até pouco tempo atrás, ganhou duas do PT e perdeu três. Na verdade, perdemos quatro, a bem da verdade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus

(*União*), Nelson Luersen (*UNIÃO*), Nereu Moura (*MDB*), Paulo Litro (*PSD*), Plauto Miró (*UNIÃO*), Professor Lemos (*PT*), Reichembach (*UNIÃO*), Requião Filho (*PT*), Ricardo Arruda (*PL*), Rodrigo Estacho (*PSD*), Soldado Adriano José (*PP*), Soldado Fruet (*PROS*), Tercílio Turini (*PSD*), Tiago Amaral (*PSD*), Tadeu Veneri (*PT*) e Tião Medeiros (*PP*) (**49 Parlamentares**); **Deputados ausentes com justificativa:** Cobra Repórter (*PSD*), conforme art. 97,§ 4.º do Regimento Interno, Francisco Bührer (*PSD*), conforme art. 97,§ 4.º do Regimento Interno (**2 Deputados**) **Deputados ausentes sem justificativa:** Alexandre Amaro (*REP*), Arilson Chiorato (*PT*) e Luiz Carlos Martins (*PP*) (**3 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 313/2022**, do Deputado Professor Lemos, que institui o Programa Bolsa Juventude Rural; **Autuado sob o nº 314/2022**, do Deputado Bazana, que cria diretrizes para o diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA), estabelecido no § 5.º, do artigo 14, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 315/2022**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Saúde e Maternidade Ugo Roberto Accorsi, com sede no município de Loanda; **Autuado sob o nº 316/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Além da Visão, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o nº 317/2022**, do Deputado Evandro Araújo, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná a “Festa Junina de Ibiporã”, realizada anualmente na terceira semana do mês de junho, no município de Ibiporã; **Autuado sob o nº 318/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, que institui no Estado do Paraná a Rota Turística Rota da Princesa, conforme específica; **Autuado sob o nº 319/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que altera e acresce dispositivos conforme específica na Lei nº 19.595, de 12 de julho de 2018, que institui benefícios para incentivar o aproveitamento de energia elétrica produzida por microgeradores e minigeradores de energia distribuída e adota outras providências; **Autuado sob o nº 320/2022**, do Deputado Cobra

Repórter, que institui a “Semana do Condômino”, para conscientização sobre os direitos e deveres do proprietário de imóvel condominial.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

REQUERIMENTOS

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2269/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Ângelo Taratini; **Requerimento n.º 2270/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações à Sociedade Ucraniana do Brasil – Subras, pelos 100 anos de fundação; **Requerimento n.º 2275/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Valdemar Alves; **Requerimentos n.ºs 2276 a 2286, 2288 a 2291, 2293, 2294, 2296, 2299, 2300 a 2303 e 2305/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Abel das Chagas Vaz; Aldo Rankel; Diogo Ruiz Pereira; Irineu Dolennei; Jair de Almeida; Mario Alberto Zayas Ayala; Moacir Alves Maia; Sebastião dos Santos; José Adir dos Santos; Adauto de Jesus Pinheiro; Edmar de Oliveira; Sebastião dos Santos; Maria de Jesus Pagano; Nadil Caetano Gonçalves; Evanilda Roth; Rosalina Lourenço Hass; Edenir Rodrigues de Proença; Glória Aparecida Pereira de Oliveira; Miroslava Pawlinski; Wadislava de Oliveira Franco; Dorvalina dos Santos Oliveira; Ida Hornes Rentz; Josephina Sadovski Zarur; e Victoria Nabozny de Oliveira; **Requerimento n.º 2307/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Educação e do Esporte, requerendo a vistoria, reforma e manutenção da Escola Estadual Cristo Redentor, localizada no município de Nova Prata do Iguaçu/PR; **Requerimento n.º 2309/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê Garcia Junior, requerendo a doção de providências administrativas no sentido de promover a equiparação da norma tributária paranaense à dos

estados do sul no tocante à Substituição Tributária – ST de ICMS, conforme específica; **Requerimento n.^º 2311/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri, Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Requião Filho, Arilson Chiorato e Goura, solicitando o registro de voto de pesar à família pelo falecimento de Marcelo Arruda; **Requerimento n.^º 2312/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, requerendo a fiscalização de despejo irregular de esgoto na Ilha de Valadares, Paranaguá; **Requerimento n.^º 2313/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Educação e do Esporte, requerendo celeridade à solicitação do Colégio Unidade Polo de Maringá, sobre a necessidade da realização de obras, equipamentos e materiais no referido estabelecimento escolar; **Requerimento n.^º 2314/2022**, do Deputado Coronel Lee e demais Parlamentares, solicitando o registro e envio de voto de pesar ao povo japonês e à família pelo falecimento do Ex-Primeiro-Ministro Japônese Shinzo Abe; **Requerimento n.^º 2315/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Carlos Kur Brodzik; **Requerimento n.^º 2317/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo providências para o retorno das aulas presenciais dos cursos técnicos em administração, agronegócio e desenvolvimento de sistema, no Colégio Estadual Professor Izidoro L. Ceravolo, em Apucarana.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 2295/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato, Professor Lemos, Requião Filho, Luciana Rafagnin, Goura e Tadeu Veneri, requerendo a constituição de Comissão de Deputados (as) para acompanhamento das investigações do assassinato de Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu, em caso de violência política; **Requerimento n.^º 2316/2022**, do Deputado Arilson Chiorato e demais Parlamentares, solicitando ao Presidente desta Casa de Leis que a Mensagem n.^º 54/2022 do Governador do Estado, que submeteu à deliberação da Assembleia Legislativa os Decretos n.^ºs 11.571, 11.572, 11.573, 11.574, 11.575 e 11.576, todos datados de 30 de junho de 2022, que tratam de renúncia de

receita, e requereu a expedição de Decreto Legislativo no prazo legal de dez dias (art. 4º, Lei 20.374/20), para garantir “os benefícios fiscais dos referidos convênios”, seja devolvida ao Sr. Governador, por não ter sido instruída com documentação mínima exigida em lei e no Regimento Interno desta Casa, e que seja certificado que o prazo do art. 4º da Lei nº 20.374/20 não decorrerá até a anexação de dados completos e documentação obrigatória.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2267/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2268/2022**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2310/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno (por motivo de Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2271/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5 e 6 de julho de 2022.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais. Faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 375/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Capital Estadual da Agrotecnologia e Inovação ao município de Londrina.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 492/2021, de autoria dos Deputados Goura, Boca Aberta Junior, Luciana Rafagnin, Reichembach, Luiz

Claudio Romanelli, Dr. Batista e Anibelli Neto, que institui a Lei de Incentivo à Cultura do Bambu.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 578/2021, de autoria da Deputada Maria Victória, que institui o Dia Estadual do Museu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição também pede voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Deputado Jacovós, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reichembach, Tadeu Veneri.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Meu voto é “sim” e não estou conseguindo votar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Mauro vota “sim”. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho,*

Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Reichembach (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 578/2021.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 608/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Izidoro Dalchiavon o trecho da PR-281 que liga o município de Itapejara D'Este ao entroncamento com a PR-562. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Substitutivo geral de plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo geral. Em discussão. Para encaminhar, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Presidente Traiano, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. O presente Projeto de Lei tem por objetivo denominar Rodovia Izidoro Dalchiavon o trecho da PR-566 que liga o município de Itapejara do Oeste ao entroncamento com a PR-562, na localidade de Vista Alegre. Izidoro Dalchiavon nasceu em 21/08/1936, no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul. Estudou seminário e, na sequência, foi morar em Passo Fundo, onde iniciou o segundo grau, já nessa época começando a trabalhar como balconista e assistente de dentista. Serviu o Exército em Cruz Alta e, na sequência, mudou-se para Clevelândia, onde continuou a exercer o ofício de dentista. Um ano mais tarde, foi morar no distrito de Covó, próximo à cidade de Mangueirinha, onde permaneceu por dois anos. Logo após, foi morar na Comunidade de Abundância, interior de Coronel Vivida, onde conheceu a sua companheira Olinda Campanholi, com quem teve três filhos. Foi convidado pelo sogro a participar de uma sociedade com mais três irmãos de sua esposa e montaram um comércio de secos e molhados, tornando-se muito conhecido na região. Concorreu ao cargo de Vereador em Coronel Vivida, mas não foi eleito. Sempre ligado ao comércio, à agricultura e à pecuária, quando acabou a sociedade passou a trabalhar no campo. Após quatro anos na luta, na roça, foi

morar em Honório Serpa, então pertencente ao município de Mangueirinha, onde ampliou suas amizades e foi eleito Vereador com o maior número de votos em 1976. Em 1982, candidatou-se a Prefeito de Mangueirinha, sendo bem votado, mas não eleito. Em 1988, elegeu-se então Prefeito de Mangueirinha e, após acabar o mandato, passou alguns anos na região de Luiz Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia. Quando retornou para Honório Serpa, candidatou-se a Prefeito e foi eleito para o mandato de 2005 a 2009. Após concluir tal mandato, dedicou sua vida à família e aos amigos. O Sr. Izidoro era um grande parceiro e companheiro de toda a região onde se situa o trecho de rodovia a ser denominado. Trata-se, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, de uma justa homenagem pelos profundos laços que estabeleceu em toda a região, onde era muito respeitado e amado, conhecido e amigo de toda a população. Com a denominação de rodovia, ficará registrado para a posteridade e lembrança de um cidadão tão querido. Meu amigo Izidoro Dalchiavon, onde você estiver, nosso querido cacique, em sua homenagem, fico muito feliz de poder apresentar este Projeto. Quero aqui saudar os seus filhos, em nome do seu filho Ivan, e os netos, em nome do seu neto Rodrigo. E peço o voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, também pede voto “sim” a esta proposta de emenda.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Marcio Pacheco e Gilson de Souza. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu

Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli e Marcio Nunes (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 87/2022, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Claudio José Gama de Almeida. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, o seu voto. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Goura, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes e Marcio Pacheco (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 87/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Goura.)*

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 206/2022, autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.^º 791/2022, que altera e acresce dispositivos à Lei n.^º 12.216, de 15 de junho de 1998, que cria o Fundo de reequipamento do Poder Judiciário – Funrejus, e acresce dispositivos à Lei n.^º 17.838, de 19 de dezembro de 2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – Funseg. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição, Sr. Presidente, libera a sua Bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, só quero registrar o meu voto “sim” no item anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Devidamente registrado em Ata. Vamos votar, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes Alexandre Curi, Artagão Junior, Jacovós, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes e Michele Caputo. Deputado Michele, quer registrar seu... Agora, ok, Deputado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Votaram Não:** Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson

Chiorato, Cobra Repórter, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli e Marcio Nunes (10 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 206/2022.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 5/2022, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal n.^º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem n.^º 51, de 27 de junho de 2022. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emenda da Comissão de Finanças e Tributação com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emenda e subemenda. Em discussão o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição também pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, só uma dúvida. É com aquela alteração, Líder do Governo? Alteração, a emenda Beto Preto?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel? Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Delegado Fernando Martins, Douglas Fabrício, Galo, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano e Tião Medeiros. Votação...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim” novamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca

Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); Votaram Não: Coronel Lee, Homero Marchese e Soldado Fruet (3 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes e Tião Medeiros (13 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 3 votos contrários, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022.

Vamos submeter ao voto agora a subemenda.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim” para a subemenda.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli Neto, Artagão, Cristina Silvestri, Guto Silva, Homero Marchese, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tião Medeiros. Deputado Soldado Adriano, o seu voto. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); Votaram Não: Coronel Lee e

Homero Marchese (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes e Tião Medeiros (13 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 2 votos contrários, está aprovada a subemenda.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 385/2019, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que obriga as empresas que desejam contratar com o Estado do Paraná, suas autarquias, empresas públicas e fundações a comprovar o cumprimento das leis e decretos no que concerne à inclusão do aprendiz. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim” ao Projeto do Soldado Fruet.

DEPUTADO GOURA (PDT): Pedimos o voto “sim” pela Oposição.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deputado Marcio presente. Vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, V.Ex.^a pode votar no painel. Deputado Elio Rusch, seu voto, Deputados Marcio Nunes, Tadeu e Tiago Amaral. Votação encerrada...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Meu voto é “sim”. Não estou conseguindo votar, mas meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado Marcio. Seu voto já está registrado aqui.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Está? Então, beleza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca

Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Requião Filho e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 385/2019.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 367/2021, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que cria e dispõe sobre a campanha permanente de incentivo à participação de mulheres e população LGBTI em eventos esportivos e combate à violência contra as mulheres e como base no gênero nos estabelecimentos desportivos, em especial estádios de futebol no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Substitutivo geral da CCJ.

Há um **Requerimento** sobre a mesa, Sr.^s Deputados, **Requerimento n.^º 2306/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.^º 367/2021 pelo prazo de 10 sessões.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados. Gostaria apenas de pedir a atenção dos Sr.^s Deputados e das Sr.^{as} Deputadas. O que estou apresentando nesta tarde, este requerimento, é para que

possamos não deliberar este Projeto nesta tarde. Fui o Relator deste Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, é um Projeto polêmico, é um Projeto complexo, mas não vou argumentar aqui, Deputado Gilberto Ribeiro, sobre a constitucionalidade e nem sobre o mérito, porque isso deve ser feito no momento oportuno, se for deliberado hoje – aí vou argumentar sobre a constitucionalidade, sobre o mérito. Mas entendo que seria de bom tom que pudéssemos protelar a deliberação deste Projeto, porque é um Projeto grande, talvez muitos dos senhores não tenham tido a oportunidade de conhecer de perto este Projeto. É um Projeto que a súmula é pequena, mas é um Projeto que conta com oito artigos, quatro parágrafos e 32 incisos, ou seja, cada item deste Projeto tem coisas importantes que é importante os Sr.^s Deputados tomarem conhecimento. Por essa razão, acredito que talvez os senhores não tenham tido acesso para estudar este Projeto na sua íntegra, acho que é de bom tom que façamos a deliberação em outro momento e, por essa razão, como disse, não vou argumentar sobre a constitucionalidade, fui o Relator na CCJ deste Projeto, um Projeto tão polêmico e complexo que ficou por um voto de diferença, foram cinco votos de um jeito e quatro votos de outro jeito, mas esse debate deve ser feito no momento oportuno. Por ora, quero pedir aos senhores que votem “sim”, para que possamos deliberar este Projeto em outro momento, porque no momento realmente acho que não é adequado fazer a deliberação no dia de hoje. Então, peço o voto “sim” ao requerimento, para que deliberemos este Projeto em outro momento. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, conversei com o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Marcio Pacheco solicita que seja retirado por 10 Sessões. Se retirarmos por 10 Sessões, Sr. Presidente, não sei exatamente qual é o objetivo, falei ao Deputado Marcio Pacheco, qual é o objetivo prático? Porque 10 Sessões vai cair no dia... rapidamente olhei aqui, talvez não seja exatamente, mas vai cair no dia 6 ou 7 de agosto. Deputado Marcio, vai cair na metade do mês de agosto. Não vamos ter recesso agora, ou

seja, o recesso talvez aconteça depois de votarmos a LDO, talvez em setembro, mas de qualquer forma vai acontecer em agosto. Se tivéssemos retirado, Deputado Marcio, até concordaria, falei inclusive com V.Ex.^a, concordaria que não colocássemos ou votássemos hoje a constitucionalidade e retirássemos amanhã, porque constitucional pelos menos para a CCJ ele é, porque foi aprovado na CCJ, até a Deputada que foi a Relatora foi a Deputada Cristina. Este Projeto está desde 2021 aqui e passou pelas Comissões. Se for necessário que se façam alterações ou que se façam emendas, não quero aqui criar nenhum tipo de polêmica, Deputado Romanelli, mas uma das coisas que se colocou muito – a Deputada Cristina lembra quando fez a defesa – é que nos estádios de futebol e nas arenas esportivas, que o Projeto trata disso, de campanhas para que possam ser alertados os torcedores que homofobia é crime, que violência contra a mulher é crime, que não é porque uma menina passa na frente da torcida que ela pode ser xingada de tudo quanto é coisa, como já se faz contra o racismo! Que de tempo em tempo haja no sistema de comunicação, no sistema de autofalante, haja a menção à lei ou ao projeto, ao processo. Então: *É porque tem lá LGBTQIA+*. Até falei para o Deputado Marcio, lembra, Deputado Marcio, falei ao senhor inclusive: *Ora, apresenta uma emenda e retira*. Se é esse problema. Quem me conhece sabe, não jogo do jeito que é tudo ou nada, porque acho que temos que aqui fazer o meio de campo. Agora, adiarmos por 10 Sessões, para cair em agosto? As eleições são em outubro, mas vai cair em agosto. Sinceramente, não vejo nada... Se fosse por duas Sessões, como o Deputado Marcio falou, vamos retirar por duas Sessões, até para que os Deputados conheçam o Projeto, tudo bem! Talvez haja uma opção para os Deputados conhecerem o Projeto. Mas não é por 10 Sessões! Ele vai cair exatamente na metade de agosto. Ele vai voltar para cá em agosto. Fizemos, inclusive, os Sr.^s Deputados sabem e as Sr.^{as} Deputadas sabem que fizemos uma série de contatos com as torcidas organizadas, alguns se manifestaram no sentido de virem aqui, de irem aos gabinetes, de conversarem com os Deputados. Para vários desses grupos de torcidas organizadas falamos que não era necessário, porque tínhamos o entendimento de que essas coisas aconteceriam com certa naturalidade. Vieram alguns hoje do Athletico, do Coritiba, a torcida do Operário tinha ligado também, que a Deputada Mabel aqui é torcedora, porque é uma questão de civilidade, não há

nenhum tipo de novidade nisso. O que estamos fazendo são campanhas educativas. Se de fato esta Casa entender que tem que ser retirado por 10 Sessões, óbvio, respeita-se a decisão, não há o que se fazer, Deputado Traiano, nós aqui votamos. Se entender que tem que ser retirado, será retirado, mas vai voltar no dia 10 de agosto e, daí, não há como retirar novamente. Não há como retirar no dia 10 de agosto: *Ah, no dia 11 faz uma emenda e pede para retirar.* Não. Acho que começa um jogo muito ruim, que é procrastinar algo que pode ser decidido em Plenário. Então, solicito aos Sr.^s Deputados que não aprovem o requerimento, que possamos votar a constitucionalidade. Se amanhã for o entendimento das Bancadas que deve ser retirado para que voltemos a discuti-lo, inclusive depois das eleições, que me parece que essa é a intenção, não vejo problemas, agora, a constitucionalidade está colocada hoje, está posta. Pediria ao Líder do Governo, inclusive, que pudéssemos votar a constitucionalidade e se houver depois qualquer tipo de necessidade de se prorrogar e se entender. Não estamos fazendo jogo aqui de: *Vamos colocar, porque daí quem votar contra, quem votar a favor, sai em um cartazinho lá “A”, “B” ou “C”.* Até porque não é necessário, é um Projeto que tem tão pouco, diria que tem tão pouco peso do ponto de vista aqui dos Deputados, não se trata disso, mas é de dar um grau de civilidade dentro dos estádios. Quem frequenta estádios de futebol sabe, eu frequento, sabe como as torcidas muitas vezes reagem. Há pessoas, há mulheres ou LGBT e reagem de uma forma muito ruim. Então, é esse o pedido, que não aprovemos o Projeto, o pedido do Deputado Marcio, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Marcio, que tem muitas vezes feito entendimentos conosco na CCJ, e que possamos votar a constitucionalidade e que amanhã, se for o caso, retiraríamos de pauta amanhã e colocaríamos novamente quando houver consenso para que ele possa vir a ser aprovado. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, população que acompanha a nossa Sessão. Esse é um Projeto muito importante de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Ele é tão importante quanto o Projeto que já aprovamos aqui nesta Casa, de autoria do Deputado Paulo Litro. O Deputado Paulo Litro apresentou um Projeto muito importante, que aprovamos por unanimidade, para combater o racismo nos estádios, no esporte. Esse Projeto de autoria do Deputado Tadeu Veneri vem na mesma linha, combater o machismo, combater a LGBTfobia. Respeitar as mulheres, respeitar a comunidade LGBT que frequentam os estádios. Respeitar a comunidade LGBT que também é de profissionais do esporte, são jogadores também. Respeitar as mulheres que também praticam o esporte, são jogadoras, são atletas também. Não vi no Projeto do Deputado Tadeu Veneri nenhum dispositivo, nenhum artigo, nenhuma vírgula, ali, Deputado Marcio Pacheco, nenhuma vírgula no Projeto do Deputado Tadeu Veneri que seja polêmico. É um Projeto nítido, para que se promova uma campanha permanente de respeito à diversidade que frequenta os nossos estádios, que frequenta os espaços do esporte, do desporto, que respeite os atletas, os esportistas, os desportistas e que respeite quem vai lá para torcer. Então, também aqui defendo que possamos derrubar esse requerimento e votar o Projeto, porque ele faz bem à nossa sociedade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, vamos ao voto. Votando.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, pedimos o voto “não” ao requerimento do Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhores Deputados, mais uma vez reforço o pedido de voto “sim”, para que possamos deliberar mais adiante e os senhores conhecerem melhor o Projeto. Peço o voto “sim”.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Senhor Presidente? Perdão, Deputado. Senhor Presidente, a Liderança do PSDB do bloco também pede voto “não” ao requerimento.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo vai respeitar aqui o que cada um tem de conceito nesse sentido. Então, está liberada a Bancada da Base. Votem com a sua consciência. A Liderança do Governo libera.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): A Liderança do PL pede voto “sim”.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, os Progressistas também encaminham voto “não” ao requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana e Cantora Mara Lima.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, uma questão? O PL 358, ele ainda está em pauta, hoje, do Deputado Rodrigo Estacho?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já votamos o 385/19. Já votamos.

DEPUTADO GOURA (PDT): Está.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Doutor Batista, Alexandre Curi, Marcio Nunes, Nelson Justus, Paulo Litro, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros. Deputada Mara Lima, “não”? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (10 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Galo, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Professor Lemos, Reichembach, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (21 Deputados); **Abstenções:** Marcel Micheletto e Rodrigo Estacho (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins,

Marcio Nunes, Paulo Litro, Requião Filho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (21 Deputados).] Com 10 votos favoráveis, 21 votos contrários e 2 abstenções, está rejeitado o Requerimento n.º 2306/2022. Vinte e dois votos, com o voto da Deputada Cantora Mara Lima. Está rejeitado o Requerimento.

Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Para encaminhar o Projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^º Deputados, então, vamos falar agora sobre a constitucionalidade do Projeto. Esse Projeto foi apresentado na CCJ pelo Deputado Tadeu Veneri. Ele consta na súmula o seguinte: cria e dispõe sobre a campanha permanente de incentivo à participação de mulheres e população LGBTI em eventos esportivos e combate à violência contra as mulheres e com base no gênero nos estabelecimentos desportivos, em especial, estádios de futebol no Estado do Paraná. A argumentação, Sr. Presidente, Sr.^º Deputados, é absolutamente técnica do ponto de vista constitucional. O Projeto, inclusive, houve o entendimento na CCJ, com o Deputado Tadeu Veneri, que de fato o Projeto é inconstitucional, que faríamos e fizemos um substitutivo geral fazendo a correção do Projeto, então, retirando aquilo que trazia a inconstitucionalidade do Projeto e deixando-o em condições de ser deliberado. Só que neste momento não é possível apresentar emenda, a emenda é na segunda votação. Portanto, hoje votaremos um Projeto, se aprovado, que é inconstitucional. E por que é inconstitucional? Dentre outras razões, porque o Projeto, como disse, nem me atentei de que o Projeto estaria na pauta nesta tarde, porque é um Projeto realmente muito longo, é um Projeto que tem oito artigos, é um Projeto que tem quatro parágrafos e que tem 30 incisos. Portanto, é um Projeto bastante intenso. Por isso fizemos um substitutivo que corrigiria o Projeto. E na CCJ a votação ficou cinco a quatro, e o nosso substitutivo não foi aprovado na CCJ,

mas um Projeto que dividiu opiniões dentro da CCJ. Dentre outras razões pelas quais claramente o Projeto é inconstitucional, porque a nossa Constituição do Estado, e aí teria que ser feita uma PEC para corrigir a Constituição, porque a Constituição diz o seguinte: O Estado, em ações conjuntas e integradas com a União, município e sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura de cuidar da proteção especial. E aqui quem são as pessoas, quem são as condições que estão amparadas pela Constituição para legislarmos, que é, em especial, da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio. Portanto, a Constituição do Estado, no art. 165, não prevê que possamos fazer uma legislação legislando sobre as condições de gêneros que divirjam do que está na Constituição, ou seja, sobre a população LGBT que não está na Constituição do Estado. Então, teremos que fazer uma PEC alterando a Constituição para que pudéssemos legislar especificamente sobre essa pauta no art. 1º da lei conforme proposta. Além disso, vejam, fala-se sobre uma campanha para versar sobre esses temas, que embora seja um Projeto que tem esse cunho de defesa do social, mas olha só, já existe uma lei, a Lei 2.568, de 2021, e olha o que diz essa lei. Então, se fosse para fazer um Projeto de Lei sobre estádios de futebol e versando sobre esse tema, deveria se fazer uma emenda alterando essa lei. O que ela diz: “Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas aos torcedores e aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo, de injúrias raciais e ou de homofobia em estádios do Paraná.” Ou seja, essa lei já contempla plenamente qualquer tipo de agressão, de violência, de homofobia contra mulheres, contra raça, contra qualquer situação, e inclusive sobre a população LGBT também, conforme prevê nessa lei. Então, teria que ser feito uma alteração nessa lei, ou seja, está se mantendo uma lei, criando uma outra lei, que é, qualquer pessoa com conhecimento razoável sabe que você não pode criar uma outra lei versando sobre o mesmo tema, deveria se fazer uma alteração nessa lei original. E, por fim, senhores, entendo que os senhores devem votar de acordo com a consciência de cada um. Entendo, e assim apresentei um substitutivo, porque entendo de fato que o Projeto é absolutamente inconstitucional. Além disso, o Projeto prevê, no seu art. 5º, que haverá a disponibilização pelos clubes de futebol e estabelecimentos esportivos de ingressos promocionais

para as mulheres e o público, que está previsto nesse Projeto, só que não prevê quem vai pagar essa disponibilização de ingressos. Portanto, é mais um item que mostra claramente que o Projeto é inconstitucional, além de obrigar os estádios, todos os estádios do Paraná, a instalarem sistemas de som para fazer o anúncio dessa condição, dessa lei, pelo menos cinco vezes durante todos os eventos que acontecerem. Ou seja, nem todos os estádios dispõem de sistema de som para fazerem esse tipo de anúncio. Portanto, na minha avaliação, respeito o voto dos senhores, mas com certeza, se aprovado esse Projeto, nessa tarde, sobre a constitucionalidade, o Projeto é, no meu entendimento, absolutamente inconstitucional, e claro, na segunda votação, se assim for aprovado hoje, vamos apresentar um substitutivo também tal qual apresentamos na CCJ. Mas hoje preciso votar contra e pedir que os senhores votem contra por razoabilidade à inconstitucionalidade flagrante do Projeto. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Serei bastante breve, acho que o Deputado Marcio Pacheco fez as ponderações, e temos respeitado muito as ponderações do Deputado Marcio Pacheco, inclusive ele as fez também na CCJ, e havíamos até tido um entendimento com o Deputado Marcio que seria possível alterarmos o Projeto. E a Deputada Cristina Silvestri no dia fez inclusive uma defesa bastante contundente a respeito do Projeto e a respeito da situação, que muitas dessas pessoas ditas discriminadas, que são discriminadas nos estádios, além das mulheres, vivem. Então, é possível aprovarmos o Projeto hoje? É possível. O Deputado Marcio Pacheco, falei ao Deputado Marcio Pacheco: É possível apresentar uma emenda amanhã? É possível, fazendo inclusive essas alterações que o Deputado Marcio Pacheco entende serem necessárias, e que respeito. Mas se é possível fazer alterações amanhã, na segunda votação, se é possível esperarmos mais 10 dias, não há problema, não há problema, já falei isso a todos os Deputados aqui. Nós, aprovando hoje, amanhã abre-se outro espaço de debate. O Deputado Marcio

Pacheco, que é a segunda votação, que é mérito, apresenta as emendas que julgar que são necessárias, inclusive para fazerem correções, e tocamos a vida. Acho que não há problema nenhum. O que estamos falando hoje é assim, é dar um mínimo de dignidade para quem vai aos estádios, e que é mulher ou LGBT. Não vou nem entrar no mérito, Deputado Marcio, que o senhor sabe que respeito muito o senhor, mas não vou entrar no mérito de não estar na Constituição, porque também não está na Constituição que o nome social deve ser respeitado, e o nome social hoje é algo que é observado em todos os locais, a pessoa diz o nome que ela quer ser chamada. Por isso, peço o voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Vamos votar então Sr.^s Deputados.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Já vou fazer o encaminhamento em nome da Oposição pedindo voto “sim” ao Projeto, tendo em vista, Sr. Presidente, que aqui por muitos momentos já fizemos e estamos sempre fazendo debates sobre a violência que ocorre contra a mulher, e essa violência ocorre de diversas formas. E essa violência, temos clareza de que não existe lugar seguro para mulher. E quando, como disse a Deputada Mabel no dia de hoje, todo dia somos surpreendidos com uma forma de violência que ocorre contra a mulher. E essa violência, principalmente a violência física, a violência moral, ela acontece bastante nos estádios. Por isso que quero aqui, em nome da Oposição, pedir o voto “sim” ao Projeto, como uma das formas de enfrentamento a tantas violências que sofrem as mulheres.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só gostaria de reforçar o pedido para que os Deputados votem a favor do Projeto. Sou operariana, vou ao estádio sempre que posso com a minha família, com os meus filhos. De fato, em alguns momentos há, sim, uma violência verbalizada contra a mulher, contra o público LGBT, vemos isso nos jogos. Então, de fato precisamos ter uma conscientização. E o Deputado Marcio Pacheco falava sobre a questão do som que terá que fazer o anúncio e que estaria obrigando então os clubes e os estádios a terem o som, Deputado Romanelli. Mas, segundo estávamos conversando ali, os clubes que já são federados já são obrigados a manter esse som para fazer o anúncio, por exemplo, ali das substituições. Então, na verdade o Projeto está dentro do que já acontece nos jogos aí por todo o nosso País. Então, peço novamente o voto “sim”.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):
Presidente, *pela ordem.*

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Não queria encaminhar, mas só queria dar uma informação. Olha, os clubes aqui da capital, tanto o Clube Athletico Paranaense quanto o Coritiba Futebol Clube, eles têm campanhas permanentes contra a discriminação, contra a violência, tanto em relação à questão da diversidade dos LGBTs quanto em relação à violência contra as mulheres. É política permanente, tanto do Clube Athletico Paranaense como do Coritiba Futebol Clube, acho que do Paraná também, mas dos dois times tenho certeza. Na verdade acho que não estamos aqui inovando muito não, é uma campanha de conscientização, acho que a mim me parece que é isso, não vejo nenhuma inconstitucionalidade. Só para dar esse relato aqui.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Exatamente isso, de conscientização e de respeito aos direitos humanos. Nenhum cidadão, nenhuma cidadã deve ser discriminada ao ir a um campo de futebol. É essa nossa opinião.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, mais uma vez, deixa o voto aberto para sua consciência. Está liberada a Bancada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, não estou conseguindo votar aqui. Meu voto é “sim”.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, a Bancada Progressista encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente o voto do Deputado Mauro Moraes. Deputado Alexandre Curi, por favor, o seu voto. Estou aguardando o voto do Deputado Alexandre Curi para encerrar a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Galo, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (24 Deputados); **Votaram Não:** Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Homero Marchese, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (7 Deputados); **Abstenções:** Marcel Micheletto e Plauto Miró (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Nereu Moura, Paulo Litro, Requião Filho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (21 Deputados).] Com 24 votos favoráveis, 7 votos contrários e 2 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 367/2021.**

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, só para agradecer aos Deputados e às Deputadas que votaram “sim”, respeitando os votos contrários, e depois tentarmos construir aí um consenso entre todos os Deputados para aprovar o novo projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento com discussão adiada do Deputado Tadeu Veneri. **Requerimento n.º 2256/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, conforme específica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Fiz um requerimento de convite. Ah, é o 15.º! Está bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos na sequência.

Requerimento n.º 2272/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, acerca do atual andamento dos protocolos relacionados, que tratam das emendas indicadas por esta parlamentar.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiado na forma regimental.

Do Deputado Evandro Araújo. **Requerimento n.º 2273/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir. O 13 também para discutir. O 14 para discutir. O 15 para discutir. Todos, até o Item 18.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok: **Requerimento n.º 2273/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, conforme especifica; **Requerimento n.º 2274/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, acerca do número de nascimentos e da taxa de mortalidade materna infantil e fetal no Estado nos últimos 3 anos; **Requerimento n.º 2292/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, conforme especifica; **Requerimento n.º 2297/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário da Educação e do Esporte, Sr. Renato Feder, sobre o cancelamento das aulas de língua espanhola na cidade de Ponta Grossa; **Requerimento n.º 2298/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, Sr. Everton Luiz Souza, requerendo informações sobre o aterro sanitário da Estre, localizado em Fazenda Rio Grande, após o acidente que resultou na morte de um funcionário; e **Requerimento n.º 2304/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, requerendo esclarecimentos atinentes à destinação dos aprovados no concurso de soldado PM e BM, em virtude do Decreto n.º 11.626 de 2022. **Adiados na forma regimental.**

Requerimento n.º 2308/2022, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de convite ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Fábio de Souza Camargo, para que esclareça sobre a indisponibilidade do sistema do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ocasionados em razão de

“registros suspeitos de atividades maliciosas em sua infraestrutura tecnológica”.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, parece-me que não temos quórum. Fica para amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente, é o que iria afirmar aqui. Não temos quórum para deliberar. Adiado por falta de quórum. Vamos deixar para a Sessão de amanhã. Encerro a presente Sessão.

Requerimento Prejudicado.

Requerimento n.º 2287/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 206/2022, da Ordem do Dia. Prejudicado por falta de quórum.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra **Sessão Ordinária** para o dia de amanhã, dia 12 de julho de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 608/2021 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 385/2019 e 367/2021; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 413/2020, 629/2021 e 101/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h35, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)